

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

INAIÁ ROBERTA DA SILVA ELOY

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PANORAMA DAS AÇÕES
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM DELFIM MOREIRA (MG)**

**ITAJUBÁ-MG
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

INAIÁ ROBERTA DA SILVA ELOY

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PANORAMA DAS AÇÕES
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM DELFIM MOREIRA (MG)**

Dissertação submetida à defesa do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Ransolin Soranso

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães Pereira

**ITAJUBÁ-MG
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

INAIÁ ROBERTA DA SILVA ELOY

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PANORAMA DAS AÇÕES
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM DELFIM MOREIRA (MG)**

Dissertação submetida à defesa do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Antonio Massafra
Avaliador externo

Prof.^a Dr.^a. Jeniffer de Nadae
Avaliador interno

Prof. Dr. Luiz Eugenio Veneziani Pasin
Avaliador interno

Prof.^a. Dr.^a. Denise Ransolin Soranso
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Viviane Guimarães Pereira
Coorientadora

**ITAJUBÁ-MG
2025**

“Por mais que se multipliquem as indústrias, as cidades, as crenças, que o homem vá à lua, ainda é o braço anônimo do homem do campo que sustenta o mundo.”

Rogério Scarpa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ser o alicerce da minha vida e por ter me concedido a graça de trilhar esse caminho. Foi Ele quem me guiou, fortaleceu e sustentou em cada etapa deste processo, permitindo que eu desenvolvesse esta pesquisa com um tema que toca profundamente meu coração. Expresso minha imensa gratidão ao meu esposo, Raimundo Eloy, por todo apoio, paciência e incentivo incondicional ao longo dessa caminhada. Ao nosso filho Pedro Antonio, que mesmo tão pequeno, foi uma fonte inesgotável de amor e inspiração, exercendo um papel essencial durante essa jornada repleta de desafios e conquistas. Me estendo agradecendo com carinho e admiração às minhas orientadoras, professoras Denise Ransolin Soranso e Viviane Guimarães Pereira, mulheres de grande sabedoria, sensibilidade e generosidade. Agradeço pela orientação firme e acolhedora, pelas trocas enriquecedoras e pela confiança depositada em mim. Levo comigo cada aprendizado proporcionado por esse convívio tão significativo. Serei eternamente grata à elas por terem seguido ao meu lado nesse período de crescimento pessoal e profissional. Agradeço à Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, ao Instituto de Engenharia de Produção - IEPG e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS, pela oportunidade de formação e pelo suporte essencial para a realização deste trabalho. Sou grata ao escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-MG do município de Delfim Moreira, em especial ao Sr. Túlio Meirelles e à Sra. Luciana Galvão, por abrirem as portas do escritório com tanta receptividade e disponibilidade, permitindo a realização da pesquisa com confiança e respeito. Aos agricultores familiares que tão generosamente me receberam em suas casas, compartilharam suas histórias, saberes e experiências, meu mais sincero agradecimento. Sem a colaboração de cada um, esta pesquisa não teria alcançado sua profundidade e valor. Agradeço aos membros da banca avaliadora pelas contribuições valiosas, que enriqueceram ainda mais esta pesquisa com seus olhares atentos e generosos. Por fim, agradeço aos amigos que a caminhada acadêmica me presenteou. Companheiros de jornada que, com palavras, escuta e presença, foram porto seguro, leveza e ânimo nos momentos de cansaço e incerteza. Vocês tornaram esse percurso mais significativo e possível. A cada um e a cada gesto de apoio, meu muito obrigada.

RESUMO

A agricultura familiar configura-se como um dos principais pilares para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, sendo reconhecida por sua importância econômica, social, ambiental e cultural. Reconhecendo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como instrumento essencial de apoio à agricultura familiar, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os desafios e potencialidades das ações extensionistas voltadas para este público. Assim, esta pesquisa traz como pergunta: “Como os agricultores familiares enxergam as ações extensionistas em suas unidades familiares?”. Tendo como objetivo geral compreender a percepção dos agricultores familiares sobre a influência das ações da Assistência Técnica e Extensão Rural nas unidades de base familiar no município de Delfim Moreira-MG. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, descritiva e qualitativa, baseada em levantamentos bibliográficos, análise documental e pesquisa de campo com realização de entrevistas semiestruturadas. O local de estudo foi o município de Delfim Moreira-MG, cuja população é majoritariamente rural, composta por 1355 agricultores familiares, onde apenas 18,1% dos agricultores familiares recebem as ações extensionistas de caráter público. Os dados secundários visaram caracterizar a agricultura familiar do município e o levantamento das ações extensionistas executadas, segundo o olhar da instituição prestadora dessas ações, trazendo o número absoluto e a porcentagem de agricultores(as) familiares que são atendidos pelas ações de ATER pública; o quantitativo dos demais públicos que são atendidos; e o número absoluto de atendimentos prestados a esses demais públicos. Já os dados primários visaram caracterizar o perfil da agricultura familiar no município, levantando o perfil sociodemográfico dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados, o perfil produtivo, e a compreensão da percepção desses(as) agricultores(as) familiares a respeito das ações de ATER em seus estabelecimentos agropecuários de base familiar. A análise dos dados revela um acréscimo no contingente de agricultores familiares a partir de 2022, contrastando com um potencial redução na cobertura dos atendimentos, passando de 69% para 18% de agricultores familiares atendidos. A pesquisa de campo revelou o reconhecimento por parte dos agricultores familiares sobre o importante papel das ações de ATER em suas unidades produtivas, mesmo diante da ausência e instabilidade dos atendimentos. Quando integrado a análise dos dados secundários e primários observa-se significativa convergência entre eles, principalmente no tocante da falha na cobertura dos atendimentos e na diversidade produtiva da agricultura familiar. Conclui-se que a pesquisa permitiu evidenciar que, embora as ações de ATER pública em Delfim Moreira-MG sejam reconhecidas por parte dos agricultores familiares, elas ainda enfrentam limitações significativas quanto à cobertura, continuidade e estrutura institucional.

Palavras-chave: ATER. Agricultura Familiar. EMATER. Extensionismo Rural.

ABSTRACT

Family farming is one of the main pillars of sustainable rural development in Brazil, recognized for its economic, social, environmental, and cultural importance. Recognizing Technical Assistance and Rural Extension (TARE) as an essential tool for supporting family farming, this research is justified by the need to understand the challenges and potential of extension actions aimed at this population. Therefore, this research asks the question: "How do family farmers view extension actions in their family units?" The overall objective is to understand family farmers' perceptions of the influence of Technical Assistance and Rural Extension actions on family-based units in the municipality of Delfim Moreira, Minas Gerais. The research was exploratory, descriptive, and qualitative, based on bibliographic surveys, document analysis, and field research with semi-structured interviews. The study site was the municipality of Delfim Moreira, Minas Gerais, whose population is predominantly rural, composed of 1,355 family farmers. Only 18.1% of family farmers receive public extension actions. Secondary data aimed to characterize family farming in the municipality and survey the extension activities implemented, from the perspective of the institution providing these activities. This included the absolute number and percentage of family farmers served by public TARE activities; the number of other groups served; and the absolute number of services provided to these other groups. Primary data aimed to characterize the profile of family farming in the municipality, surveying the sociodemographic profile of the family farmers interviewed, their production profile, and understanding their perceptions of TARE activities on their family-based agricultural establishments. Data analysis reveals an increase in the number of family farmers starting in 2022, contrasting with a potential reduction in service coverage, from 69% to 18%. The field research revealed family farmers' recognition of the important role of TARE initiatives in their production units, even in the face of the lack of and instability of services. When integrating the analysis of secondary and primary data, significant convergence was observed, particularly regarding the gap in service coverage and the productive diversity of family farming. The study concluded that, although family farmers recognize public TARE initiatives in Delfim Moreira, Minas Gerais, they still face significant limitations in terms of coverage, continuity, and institutional structure.

Keywords: TARE. Family Farming. EMATER. Rural Extension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cobertura da EMATER-MG sobre o território do estado de Minas Gerais.	28
Figura 2 - Localização geográfica do município de Delfim Moreira-MG.....	36
Figura 3 - Cobertura do atendimento da EMATER-MG aos agricultores familiares e demais públicos em Delfim Moreira-MG, entre os anos de 2020 a 2024.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo das principais variáveis da EMATER-MG (2023 e 2024)	28
Tabela 2 - Participação da agricultura familiar nas principais variáveis	31
Tabela 3 - Perfil socioeconômico dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados	39
Tabela 4 - Perfil produtivo dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados	42
Tabela 5 - Principais produtos agropecuários do município de Delfim Moreira-MG entre os anos de 2020 a 2024	54

LISTA DE ABREVIações

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCUD - Termo de Compromisso de Uso de Dados

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de Pesquisa	14
1.2 Objetivos	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Agricultura Familiar: Conceitos e Características	16
2.2 A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Conceito e Histórico	23
2.3 Relação entre Assistência Técnica e Extensão Rural e Agricultura Familiar: Contribuições e Desafios	29
3. METODOLOGIA.....	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
4.1 Perfil Socioeconômico e Produtivo da Agricultura Familiar	39
4.2 Cobertura das ações de ATER executadas no município	42
4.3 Percepção dos(as) Agricultores(as) Familiares sobre a atuação da ATER pública no município	46
4.4 Convergências e Divergências das ações de ATER pública e a Agricultura Familiar no município	49
5. CONCLUSÃO	60
6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	62
REFERÊNCIAS	64
ANEXOS	69
ANEXO 1 – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS	69
ANEXO 2 – PARECER CONSUBSTANCIADO Nº 6.844.358 CEP/UNIFEI.....	70
ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	71
APÊNDICE	75

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar configura-se como um dos principais pilares para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, sendo reconhecida por sua importância econômica, social, ambiental e cultural. Trata-se de um modelo produtivo caracterizado pela gestão da propriedade e pela execução das atividades agropecuárias centradas na unidade familiar, integrando trabalho, saberes tradicionais e conservação dos recursos naturais. Essa forma de organização produtiva apresenta, entre seus principais atributos, a pluriatividade, a autonomia decisória e a capacidade de adaptação às transformações socioeconômicas (CONTAG, 2024; Schneider, 2009).

Segundo Peixoto (2014), os desafios enfrentados pela agricultura familiar englobam a necessidade de balancear a produção agrícola com as demandas do consumo familiar, a restrição de recursos financeiros e tecnológicos, a susceptibilidade às variações de mercado e as condições climáticas, além da dificuldade em acessar mercados mais amplos e eficientes.

A relevância da agricultura familiar no abastecimento alimentar nacional e na dinamização das economias locais é amplamente reconhecida, mas seu desenvolvimento depende de uma combinação de fatores estruturais, institucionais e territoriais. Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, 2014), o fortalecimento desse segmento exige condições adequadas de acesso à terra, recursos naturais, crédito, mercados e, especialmente, à assistência técnica e extensão rural. O ambiente político e institucional, bem como as características demográficas e agroecológicas dos territórios, também influencia diretamente a trajetória das unidades familiares rurais.

A diversificação produtiva, elemento intrínseco à lógica da pluriatividade, constitui uma estratégia essencial à sustentabilidade e à resiliência dos agricultores familiares. Representa a capacidade de diversificar fontes de renda e criar alternativas de trabalho a partir das especificidades do meio rural e das competências locais. Tal prática responde às exigências do ambiente rural, promovendo maior segurança econômica e reduzindo a vulnerabilidade social das famílias (Freitas *et al.*, 2018; Schneider, 2009). No entanto, sua efetivação implica desafios relevantes, como a reestruturação das relações de trabalho no campo, o fortalecimento das políticas públicas e a reformulação das estratégias institucionais de apoio ao setor (Freitas *et al.*, 2018).

Neste contexto, o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é decisivo. A ATER atua como mediadora do conhecimento técnico e dos saberes locais,

promovendo a adoção de práticas produtivas sustentáveis e adaptadas às realidades socioterritoriais das unidades familiares. Ao oferecer suporte na gestão, produção e comercialização, as ações de ATER contribuem para ampliar a autonomia dos agricultores familiares e fomentar a inovação no campo, e para o fortalecimento da agricultura familiar, através do acesso às políticas públicas, ao incentivo para as organizações sociais, capacitação dos agricultores familiares, auxílio e suporte nos processos de comercialização de produtos e, manejo produtivo (Hennerich; Fariña; Plein, 2022).

Entretanto, apesar de sua relevância, o acesso à ATER pública ainda é limitado: apenas 18% dos estabelecimentos de agricultura familiar recebem esse tipo de apoio técnico, conforme dados recentes, revelando um cenário de desigualdade na distribuição dessas ações (CONTAG, 2024; IBGE, 2019).

A análise territorial do tema reforça a importância de considerar as especificidades locais. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, destaca-se nacionalmente com 72,7% dos seus estabelecimentos agropecuários classificados como de base familiar, concentrando-se especialmente na mesorregião do Sul/Sudoeste do estado (Fortini, 2021). Em municípios como Delfim Moreira-MG, onde a maior parte da população reside na zona rural e o setor agropecuário representa expressiva parcela do Produto Interno Bruto (PIB), a diversidade produtiva e a presença da agricultura familiar são elementos estruturantes da economia e da organização social rural (EMATER-MG, 2023).

Compreendida como uma ação educativa e contínua, a ATER visa desenvolver capacidades técnicas e sociais, promovendo a melhoria das condições de vida e produção no meio rural (BRASIL, 2010). Além de contribuir com a modernização da produção, sua importância reside também em sua dimensão social, ao possibilitar o acesso a políticas públicas, tecnologias adaptadas e conhecimento contextualizado. Como enfatizam Nunes, Silva e Sá (2020), a ATER tem potencial transformador, ao modificar realidades locais e fortalecer a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento.

É por meio das ações de ATER que milhares de agricultores familiares do território nacional têm a possibilidade de acessar conhecimentos tecnológicos, e possuem oportunidades de potencializar seus sistemas produtivos, assim como melhorar a qualidade de vida no meio rural. A necessidade de novos conhecimentos e tecnologias faz com que cada vez mais o papel do extensionista rural seja necessário e indispensável para o desenvolvimento rural em bases familiares e sustentáveis (Nunes; Sá; Silva, 2020).

Apesar da relevância do tema, a literatura acerca da Assistência Técnica e Extensão Rural tem se concentrado na análise das políticas públicas e ações de ATER, a partir da

perspectiva institucional e dos agentes extensionistas (Aquino; Vargas; Carvalho, 2022; Castro; Pereira, 2017; Nunes; Silva; Sá, 2020; Peixoto, 2014). Tal enfoque, embora relevante para compreender os limites estruturais e operacionais da ATER, deixa em segundo plano a percepção dos(as) agricultores(as) familiares — sujeitos centrais e beneficiários diretos dessas ações. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que priorizem a visão dos agricultores familiares, valorizando suas experiências, demandas e expectativas em relação aos serviços extensionistas prestados. Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a preencher essa ausência, e contrubuir para uma compreensão mais abrangente e dialógica da atuação extensionista no campo da agricultura familiar

Por fim, esta pesquisa se insere no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030. A investigação se relaciona diretamente ao ODS 1 – Erradicação da pobreza, ao buscar compreender estratégias que possam contribuir para a melhoria das condições de vida no meio rural; ao ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, por evidenciar o papel da agricultura familiar e da ATER na segurança alimentar e na adoção de práticas produtivas sustentáveis; ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, por destacar a relevância das ações de ATER na geração de renda e no fortalecimento das economias locais; ao ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, ao abordar a diversificação produtiva e o uso eficiente dos recursos; e ao ODS 15 – Vida terrestre, ao considerar a importância do manejo sustentável dos ecossistemas rurais, desta forma reafirmando a agricultura familiar e a extensão rural como pilares estratégicos para a promoção de um desenvolvimento inclusivo, sustentável e territorialmente equilibrado.

1.1 Problema de Pesquisa

A ATER desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, sendo um dos principais instrumentos de apoio às famílias agricultoras, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no campo, por meio da disseminação de conhecimentos técnicos, práticas de manejo sustentável e apoio à gestão das propriedades rurais, as ações extensionistas visam impulsionar a produtividade, a diversificação produtiva e a qualidade de vida dos agricultores (Castro; Pereira, 2017), como discutido, estudos tem se respaldado na análise das ações extensionistas sob a ótica institucional e dos extensionistas (Aquino; Vargas; Carvalho, 2022; Castro; Pereira, 2017; Nunes; Silva; Sá, 2020; Peixoto, 2014), deixando em segundo plano a percepção dos (as)

agricultores familiares, que são os sujeitos diretamente afetados por essas práticas.

No município de Delfim Moreira-MG, onde a agricultura familiar representa uma parcela significativa da economia local, sendo responsável por aproximadamente 24% do Produto Interno Bruto do município (EMATER, 2024), compreender como esses atores interpretam, avaliam e se apropriam das ações de ATER em suas unidades produtivas é fundamental para entender a efetividade das políticas públicas e das ações executadas no campo.

Neste contexto, esta pesquisa traz como problema central a seguinte questão: “Como os agricultores familiares enxergam as ações extensionistas em suas unidades familiares?”.

1.2 Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção dos agricultores familiares sobre a influência das ações da Assistência Técnica e Extensão Rural nas unidades de base familiar no município de Delfim Moreira-MG.

Para se alcançar o objetivo principal desta pesquisa, têm-se como objetivos específicos:

- a) Caracterizar o perfil socioeconômico da agricultura familiar no município;
- b) Analisar a cobertura das ações de ATER executadas em relação ao público atendido e os principais produtos agropecuários do município;
- c) Levantar a percepção dos agricultores familiares em relação as ações de ATER em seus estabelecimentos agropecuários de base familiar; e
- d) Identificar as convergências e divergências entre os dados obtidos nos relatórios da EMATER com as informações levantadas com os agricultores familiares e caracterizar como o atendimento à agricultura familiar se estabelece no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar: Conceitos e Características

Ao longo dos anos são evidenciados os esforços no âmbito dos estudos rurais buscando discutir e conceituar o termo “agricultura familiar”, ressaltando a importância na representação de uma categoria social com papel significativo na sociedade. Desta forma, Lopes (2020) compilou, em seu estudo, os principais conceitos e definições descritos na literatura, a fim de estabelecer um conceito geral a cerca da agricultura familiar, conceituando-a da seguinte maneira:

[...] reconhece-se o agricultor familiar enquanto um segmento ou uma categoria social caracterizada pela interligação entre a unidade familiar e unidade de produção, do qual a principal fonte de renda provém do trabalho na agricultura, [...] que concebe a terra como modo de vida e dela retira seu sustento e sua subsistência (Lopes, 2020, p.7 e 9).

Sendo assim, a agricultura familiar se constitui como um dos pilares importantes para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, pois trata-se de um modelo de agricultura na qual possui uma relação harmônica entre as atividades produtivas, a conservação dos recursos, a manutenção dos saberes, culturas e tradições locais, caracterizando-se por um modo de vida e forma de organização produtiva, tendo como traços centrais a gestão da propriedade, a pluriatividade da unidade familiar, a execução das atividades agropecuárias e as decisões sendo predominantemente realizadas pela unidade familiar, características essas que lhe confere dinamicidade e capacidade de adaptação às mudanças socioeconômicas (CONTAG, 2024; Schneider, 2009; Silva; Peixinho, 2023).

Segundo o *International Fund for Agricultural Development* - IFAD, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma de agricultura que predomina no setor de produção de alimentos, na qual necessita de uma série de fatores que são essenciais para o seu desenvolvimento, como as condições demográficas, agroecológicas e características territoriais; ambiente político; acesso a terras, recursos naturais, mercados, tecnologia, financiamentos e ações de extensão rural (IFAD, 2014), sendo uma categoria social de elevada importância para a produção de alimentos no cenário

mundial, na qual necessita de maior atenção no tocante de investimento financeiro e no seu fortalecimento (Sandes; Tenório, 2020).

A pluriatividade, e a diversificação produtiva, configuram-se como uma característica fundamental da agricultura familiar, representando uma estratégia essencial para o fortalecimento da resiliência das unidades produtivas, para a ampliação das oportunidades de trabalho e para a geração de renda baseada nas competências dos indivíduos e nas especificidades do meio rural. Essas práticas estão diretamente relacionadas à capacidade de adaptação dos agricultores familiares às condições socioeconômicas e ambientais nos territórios em que estão inseridos, bem como às adversidades que enfrentam no cotidiano do campo (Freitas; *et al.*, 2018; Schneider, 2009).

De acordo com Schneider (2009):

A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. [...] refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas (Schneider, 2009, p.10).

A pluriatividade, na agricultura familiar não se limita à ampliações das atividades agropecuárias, mas envolve uma combinação de diferentes fontes de renda, como o cultivo de alimentos, criação de animais, produção artesanal, turismo rural e a agroindústria. Essa multiplicidade de atividades é considerada uma resposta direta aos desafios econômicos e ambientais enfrentados pelos agricultores familiares (Schneider, 2009), além de garantir a permanência na unidade familiar e manter a ligação efetiva com a terra e com a vida rural (Freitas; *et al.*, 2018).

Essa estratégia adotada pelos agricultores familiares permite um aproveitamento otimizado dos recursos naturais disponíveis e a adaptação de maneira mais flexível às demandas do mercado e às particularidades do território rural, garantindo assim, a permanência no campo, associando a produção de alimentos (atividade principal da agricultura familiar) às práticas não agrícolas direcionadas ao público urbano que busca vivência no ambiente rural, e contribuem de forma significativa para a diversificação e aumento da renda e para o fortalecimento socioeconômico das famílias rurais (Silva; Peixinho, 2023).

Souza e Andrade (2024) destacaram a relevância das estratégias de pluriatividade e diversificação produtiva como mecanismos de fortalecimento da agricultura familiar, com base em estudo realizado no município de Palmas, no estado do Tocantins. Os autores evidenciaram o caráter transformador dessas práticas ao analisarem a experiência de uma unidade familiar produtora de jabuticabas, cuja trajetória demonstra a capacidade de inovação e adaptação às demandas do mercado. A agricultora familiar, ao integrar a produção da fruta com a abertura de sua propriedade para visita durante o período de colheita, promoveu a ampliação do vínculo entre produção e consumo, ao mesmo tempo em que criou uma alternativa de geração de renda complementar por meio do turismo rural. Além disso, a comercialização de subprodutos da jabuticaba agregou valor à produção primária, ampliando a experiência do público consumidor e diversificando as fontes de receita da unidade produtiva, o que contribui para a sustentabilidade econômica e a valorização social do trabalho desenvolvido no contexto da agricultura familiar.

Entretanto, apesar de sua relevância, a diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar não está isenta de desafios (Freitas; *et al.*, 2018; Scheider, 2009), sua efetivação demanda um remodelamento das relações sociais de trabalho no meio rural, exigindo a reformulação das estratégias adotadas pelos agentes envolvidos no apoio ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, torna-se necessário repensar o papel do Estado e das políticas públicas no impulsionamento da pluriatividade pelos agricultores familiares, reconhecendo-a como um elemento estruturante para a sustentabilidade e a autonomia das unidades familiares agrícolas (Schneider, 2009).

Silva e Peixinho (2023) retrataram que dentro do contexto do ambiente rural da agricultura familiar, existem diferentes agentes que contribuem para a inserção e proliferação de práticas e atividades pluriativas, como o trabalho executado pelas pessoas do campo, as questões culturais, hábitos e costumes, a comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas das unidades familiares, o acesso às políticas públicas, e as capacitações e

práticas de extensão rural destinadas aos agricultores familiares, nos quais criam condições de sustentação dessas unidades.

A diversificação de atividades dentro da unidade familiar exige não apenas uma gestão eficiente, mas também o acesso a conhecimento técnico adequado, o que muitas vezes é limitado nas áreas rurais. A assistência técnica e extensão rural tem um papel crucial na orientação das famílias sobre práticas mais eficientes, sustentáveis e diversificadas, ao articular conhecimentos técnicos com os saberes locais, respeitando as especificidades socioterritoriais das unidades familiares e otimizando a utilização de recursos naturais disponíveis. Essa atuação possibilita aos agricultores familiares maior autonomia nas decisões produtivas, ao mesmo tempo em que diversificam as fontes de renda e reduzem a vulnerabilidade socioeconômica (Hennerich; Fariña; Plein, 2022; Vargas; Aquino; Carvalho, 2022).

Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas e programas de ATER estejam alinhadas para apoiar a introdução e o desenvolvimento de atividades diversificadas, contribuindo para a construção de um modelo de agricultura familiar mais sustentável e competitivo, com mais oportunidade de complementação de renda, e para o estabelecimento das pluriatividades, garantindo a permanência dessas família no campo (Vargas; Aquino; Carvalho, 2022).

No contexto brasileiro, a importância da agricultura familiar foi consolidada com a promulgação da Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar), em 25 de julho de 2006, na qual estabeleceu critérios específicos para a identificação dos agricultores familiares e reafirmou sua relevância estratégica para o abastecimento interno e a harmonia social no campo, atendendo de forma simultânea alguns critérios específicos (Brasil, 2006), estabelecidos pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, como: possuir área de até quatro módulos fiscais para produção de cultivo; ter a gestão da propriedade estritamente familiar; ter, no mínimo, a metade da mão de obra de trabalho familiar; e obter renda de, no mínimo, a metade oriunda da atividade agropecuária da unidade familiar (Brasil, 2017).

Atualmente, os estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar representam 76,8% do total de propriedades rurais no Brasil, correspondendo a aproximadamente 3,9 milhões de unidades produtivas de base familiar (CONTAG, 2024; IBGE, 2019). Apesar desse número expressivo, apenas 18% desses estabelecimentos têm acesso à orientação técnica (CONTAG, 2024), tal realidade pode ser atribuída tanto à diminuição dos recursos financeiros direcionados aos serviços de ATER quanto pelo número insuficiente de agentes extensionistas em atuação, o que se torna mais evidente quando

contrastado ao elevado contingente de agricultores familiares existentes e que demandam atendimento (Castro; Pereira, 2017; Vargas; Aquino; Carvalho, 2022), evidenciando a necessidade urgente de reformulação e ampliação das políticas públicas voltadas para a prestação das ações de ATER. Esse cenário revela um gargalo significativo no que diz respeito ao suporte técnico necessário para o desenvolvimento sustentável e a competitividade dessas unidades produtivas, comprometendo, em muitos casos, a capacidade de inovação e a produtividade das unidades familiares (Rocha Júnior; *et al.*, 2020).

No contexto estadual, Minas Gerais destaca-se pela expressiva presença de estabelecimentos de agricultura familiar, que correspondem a 72,7% do total de unidades agropecuárias no estado, consolidando-o como a unidade federativa com o maior número de propriedades de base familiar na região Sudeste e a segunda maior em todo o território nacional. Na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, essa representatividade é ainda mais acentuada, com 76,18% dos estabelecimentos classificados como de base familiar, posicionando essa mesorregião como um polo de concentração de destaque desses estabelecimentos rurais no estado, reforçando a relevância socioeconômica da agricultura familiar para a região (Fortini, 2021; IBGE, 2019).

A expressividade da agricultura familiar pode ser percebida quanto à geração de empregos. Segundo dados do Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024, a agricultura familiar ocupa papel central no cenário rural brasileiro, englobando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores, o que representa 67% de todo o pessoal ocupado nos setores agropecuários do país (CONTAG, 2024). Em Minas Gerais, o setor agropecuário emprega aproximadamente 2 milhões de pessoas, sendo que 59% desse contingente está vinculado a estabelecimentos de agricultura familiar, totalizando mais de 1 milhão de trabalhadores rurais (Fortini, 2021; IBGE, 2019).

Esses dados reafirmam a importância da agricultura familiar não apenas como setor de produção, mas também como principal fonte de emprego e sustentação econômica no meio rural. Adicionalmente, essa modalidade produtiva responde por cerca de 23% do valor econômico de toda a produção agropecuária nacional, representando um montante aproximado de R\$ 107 bilhões (IBGE, 2017). Tal expressividade reforça a necessidade de políticas públicas que promovam o fortalecimento estrutural, técnico e financeiro das unidades familiares, garantindo sua sustentabilidade e competitividade no mercado (Vargas, Aquino, Carvalho, 2022).

A análise da evolução da participação da agricultura familiar no Brasil revela um

avanço significativo nas principais variáveis relacionadas a esse segmento produtivo. Guanziroli, Di Sabbato e Buainain (2020) destacaram que, entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, houve um incremento de 87 mil estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar, demonstrando a resiliência e a expansão desse modelo de produção no país. Além disso, os autores evidenciaram o crescimento expressivo do valor bruto da produção (VBP) gerado por esses estabelecimentos, que saltou de aproximadamente R\$ 97 bilhões para R\$ 134 bilhões no período analisado, evidenciando a importância dos estabelecimentos agropecuários de base familiar para o desenvolvimento do país.

Esse aumento reflete não apenas a capacidade produtiva, mas também a relevância socioeconômica da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar no Brasil. Nesse contexto, o crescimento observado no número de estabelecimentos e no valor bruto da produção ressalta a importância estratégica do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à assistência técnica e à modernização produtiva, fatores essenciais para a consolidação da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento sustentável (Guanziroli; Di Sabbato; Buainain, 2020).

A Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares - CONTAG apresentou um levantamento sobre o perfil socioeconômico da população rural vinculada à agricultura familiar no Brasil. Os dados revelam que, em 2023, mais de 56% da população rural situava-se na faixa etária de 18 a 59 anos, representando a maioria dos trabalhadores do campo (CONTAG, 2024). Esses resultados convergem com as evidências apresentadas por Fortini (2021), que analisou o perfil dos agricultores familiares em Minas Gerais e destacou a predominância de indivíduos em idade economicamente ativa.

Ambos os estudos reforçam a importância de políticas públicas voltadas para a promoção da sucessão familiar e a fixação de jovens no meio rural, aspectos considerados essenciais para a sustentabilidade da agricultura familiar e a continuidade das atividades produtivas no campo. Nesse sentido, Fortini (2021) argumenta que a ausência de incentivos e de condições adequadas para os jovens agricultores tende a dificultar a permanência no campo, contribuindo para o êxodo rural e a consequente fragilização das comunidades rurais. E, diante disso, a ampliação de políticas públicas que incentivem a capacitação técnica, o acesso a crédito e a modernização das práticas agrícolas torna-se imperativa para assegurar a longevidade das unidades familiares e fortalecer o desenvolvimento rural sustentável (Fortini, 2021; Monteiro; *et al.*, 2024). Além disso, é importante salientar que o envelhecimento da mão de obra dentro das unidades familiares podem acarretar, no futuro,

problemas na reprodução social e na sucessão familiar dessas unidades produtivas (Guanzirolli; Di Sabbato; Buainaim, 2020).

Adicionalmente, o estudo do CONTAG (2024) revelou informações significativas sobre o nível de escolaridade no meio rural brasileiro: 44% dos agricultores familiares possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 7% não concluíram o ensino médio, 17% finalizaram o ensino médio, e apenas 3% alcançaram o nível superior, já para a região Sudeste do país, os dados da instituição acima mencionada, revelaram que a maior parcela dos agricultores familiares possuem ensino fundamental incompleto, seguido do ensino médio completo, e que apenas 5% deles possuem ensino superior completo. Fortini (2021) também revela um perfil educacional dos agricultores familiares de Minas Gerais em dados semelhantes, onde majoritariamente os agricultores familiares possuem ensino fundamental completo, 13,4% possuem o ensino médio completo e 4,5% possuem ensino superior.

Esses números evidenciam as limitações educacionais enfrentadas pela população rural, fator que impacta diretamente suas oportunidades de desenvolvimento social e econômico, bem como o acesso a políticas públicas e as ações de assistência técnica (Fortini, 2021; Franco; Dusek; Avelar, 2023). Nesse contexto, a promoção de capacitações técnicas voltadas para o campo e o fortalecimento da ATER pública surgem como estratégias fundamentais para a superação dessas barreiras e a promoção de um desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável (Souza; Andrade, 2024).

No que se refere à renda mensal das unidades familiares, Guanzirolli, Di Sabbato e Buainaim (2020) ressaltaram que, embora haja variação nos valores monetários dos agricultores familiares brasileiros, observa-se uma predominância de unidades familiares com renda média mensal em torno de R\$ 5,7 mil. Esses são considerados os segmentos com maior rendimento dentro do universo da agricultura familiar, em contraste com um expressivo contingente de agricultores familiares cuja renda é negativa. Tal cenário evidencia que muitos agricultores familiares não conseguem lucrar com as atividades agropecuárias desenvolvidas em suas unidades produtivas. Diante dessa realidade, uma estratégia amplamente adotada tem sido a pluriatividade, caracterizada pela incorporação de atividades não agropecuárias no interior das unidades familiares como forma de complementar a renda e mitigar as perdas monetárias das atividades agropecuárias (Schneider, 2009; Guanzirolli; Di Sabbato; Buainaim, 2020).

No âmbito municipal, o município de Delfim Moreira - MG possui aproximadamente 8 mil habitantes, dos quais 62% residem na zona rural. A agricultura familiar desempenha um papel relevante na economia local, contando com 1.355 agricultores familiares que

contribuem de maneira significativa para o setor agropecuário. Esse setor corresponde a cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do município, destacando-se pela diversidade produtiva tanto na produção agrícola quanto na produção pecuária, reforçando a importância socioeconômica da agricultura familiar para o desenvolvimento local (EMATER-MG, 2023).

2.2 A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Conceito e Histórico

A diferenciação conceitual entre os termos “Assistência Técnica” e “Extensão Rural” é fundamental para compreender o contexto dessas ações. Segundo Peixoto (2008) o termo “Assistência Técnica” concentra-se na resolução de problemas específicos, pontuais e imediatos, e não possui caráter educacional, pois não tem o intuito de capacitar o agricultor familiar. Para o mesmo autor, o termo “Extensão Rural” atravessou processos de evolução com o passar do tempo e conforme a cultura de cada região onde se era praticado, podendo então ser conceituado sob três perspectivas distintas: como processo; como instituição; e como políticas públicas.

Como processo a extensão rural seria, num sentido literal, uma forma de estender, levar ou transmitir conhecimentos, e também um processo de comunicação de conhecimentos, sejam eles técnicos ou não, da fonte geradora (instituições) até o público final (agricultor familiar); como instituição refere-se às organizações estatais nas quais prestam ações de Assistência Técnica e Extensão Rural no território nacional; e como política pública, a extensão rural pode ser entendida no tocante das políticas de extensão rural criadas e implementadas pelos governos (Federal, Estaduais ou Municipais), por meio de dispositivos legais, nas quais podem ser executadas pelas organizações públicas e/ou privadas prestadoras de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Peixoto, 2008).

Desta forma, o termo “Assistência Técnica e Extensão Rural”, representado pela sigla “ATER”, pode ser definido como um serviço prestado de caráter educacional, não formal e continuado ao meio rural, cuja finalidade é a promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços produzidos nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, voltados para o desenvolvimento de capacidades técnicas e sociais dos agricultores, visando a melhoria contínua da produção e da qualidade de vida no meio rural, beneficiando os agricultores familiares e seus empreendimentos rurais (Brasil, 2010), na qual promove inovação no setor de agricultura familiar por meio de ações específicas que buscam modificar a realidade dos atores presentes nesse ambiente (Nunes;

Silva; Sá, 2020) .

Os primeiros indícios sobre a ATER no Brasil aparece em meados do século XIX, onde a legislação da época propunha algumas ações relacionadas à extensão rural, embora rudimentares, como por exemplo nos anos de 1859 e 1860 em que foram criados, através de decretos, os institutos empresariais de agricultura, onde possuíam atribuições de pesquisa, ensino agropecuário e difusão de informações (Peixoto, 2008).

No início do ensino agrícola no país, com o Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, esboçou-se uma regulamentação sobre aspectos relacionados às ações de ATER em alguns de seus capítulos ao longo do mesmo, como por exemplo no Capítulo LIII, art. 455 que traz instruções aos “postos zootechnicos” relacionadas à promoção de assistência técnica, como: facilitar o melhoramento das raças aos criadores; instruir os criadores a respeito de higiene e alimentação animal; atender as demandas dos criadores e agricultores sobre os diferentes assuntos levantados; e divulgar os trabalhos e experimentações desenvolvidas (Brasil, 1910), o que nos revela, que desde 1910 havia o interesse em ações de ATER no Brasil.

Porém, a institucionalização da ATER foi surgir no Brasil apenas na década de 1940, sob influência norte-americana, gerando a estruturação da ATER em questão a partir do modelo estrangeiro. Em 1948 então, foi o marco da institucionalização da ATER brasileira, sendo o estado de Minas Gerais o pioneiro, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, de forma privada, objetivando atuar na melhoria das condições sociais e econômicas no ambiente rural, difundindo inovações tecnológicas aos seus beneficiários (Pereira; Castro, 2021), cuja concepção buscava um determinado padrão técnico que fosse capaz de melhorar as condições no meio rural por meio da transferência de tecnologias (Nunes; Silva; Sá, 2020).

Na década de 1950, outras entidades, seguindo o modelo da ACAR mineira, foram surgindo nos demais estados brasileiros (Pereira; Castro, 2021), nas quais eram reunidas e orientadas pela então Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) criada em 1956, de forma privada, levando à maior efetivação da ATER no Brasil (Castro; Pereira, 2017). Porém em 1974, com a Lei nº 6.126 de 06 de novembro de 1974 (Brasil, 1974), deu-se início ao processo de estatização do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, que culminou na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER em 1975 (Castro; Pereira, 2017; Nunes; Silva; Sá, 2020).

Com o crescimento dessas instituições, o Estado brasileiro gradativamente as foi trazendo para sua esfera de influência e controle, oferecendo apoio financeiro e exigindo em troca apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, culminando, em 1975, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)(Castro; Pereira, 2017, p.10).

Em virtude da desestruturação da ATER e dos cortes orçamentários, na década de 1980, que culminou na redução forçada dessas ações públicas no Brasil, a ATER passou a enfrentar uma crise na qual afetou todos os estados e municípios brasileiros, principalmente aqueles mais pobres, assim como os pequenos produtores que dependiam das ações de ATER oferecidas pelas instituições públicas, levando então, em 1989 a extinção da EMBRATER (Castro; Pereira, 2017; Nunes; Silva; Sá, 2020).

A partir de 1975 as ACARs, nesse momento como entidades estatais, passaram a ser denominadas de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, por meio da instituição da Lei nº 6.704/1975, objetivando o planejamento, a coordenação e a execução de programas de assistência técnica e extensão rural, buscando a difusão de conhecimentos em virtude de melhorias nos sistemas produtivos e na qualidade de vida do meio rural (Minas Gerais, 1975), tendo novamente o estado de Minas Gerais a frente desta nova forma de atuação (Pereira; Castro, 2021).

Porém, é importante ressaltar que embora o objetivo fosse o de transmissão de conhecimentos e técnicas, o perfil ações de ATER sempre esteve baseado na teoria da difusão de inovações, fazendo com que o agente extensionista neste cenário, atuasse como um agente de difusão de conhecimentos e técnicas, buscando “modernizar” o campo, onde o papel principal era a adoção e introdução de tecnologias por parte dos agricultores familiares (Caporal; Ramos, 2009; Nunes; Silva; Sá, 2020).

A partir da década de 1990 houve um avanço significativo na institucionalização de políticas específicas voltadas para a agricultura familiar, destacando a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, representando o reconhecimento do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social, que veio a se chamar de agricultores familiares, e se firmando como a principal política pública para apoiar essa categoria (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

Em 01 de julho 1996, ocorreu a institucionalização PRONAF, com o Decreto nº 1.946/1996, programa este que foi criado com a finalidade de promover o desenvolvimento

sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a lhes proporcionar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (Brasil, 1996), esse processo representou um avanço significativo para a agricultura familiar, ao afirmar o reconhecimento da condição de agricultor e da contribuição essencial desses sujeitos para a sociedade, superando a visão limitada que os identificava unicamente como pequenos produtores, de baixa renda ou de subsistência (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

Por volta dos anos 2000, surgem as discussões a cerca de uma nova forma de pensar e atuar em relação a ATER pública (Nunes; Silva; Sá, 2020), assim no ano de 2003, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi estabelecida e implementada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que vinha a qualificar, reorganizar e fortalecer as ações de ATER no Brasil, devendo as mesmas serem executadas com metodologias participativas, onde os agentes extensionistas deveriam desempenhar um papel educativo, e atuar como facilitadores dos processos de desenvolvimento rural sustentável, garantindo a oferta permanente e contínua dessas ações à todos os agricultores familiares (MDA, 2004).

Com essa nova perspectiva exigiu-se que o papel do extensionista fosse de mediação de saberes e conhecimentos, e impulsionador do processo desenvolvimento rural, fazendo com que se tornasse prioridade a relação entre os agentes extensionistas e os agricultores ao contrário do perfil difusionista, característico dessas ações (Caporal; Ramos, 2009; Nunes; Silva; Sá, 2020).

Em 2010, a PNATER ganhou força com a Lei nº 12.188/2010, conhecida coma a Lei de ATER, ampliando a abrangência e acesso aos benefícios das ações de ATER em todo território nacional, tendo como princípio o desenvolvimento rural sustentável em compatibilidade com uso adequado dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; a adoção de metodologias participativas; e princípios da agricultura de base ecológica. Além disso, o PNATER traz como alguns de seus objetivos a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da qualidade de vida, o aumento da renda e a agregação de valor nos produtos oriundos dos estabelecimentos beneficiários, sendo um exemplo desses beneficiários os agricultores familiares e seus empreendimentos familiares (Brasil, 2010).

Segundo Souza e Pôrto Júnior (2022) a PNATER é considera a principal política pública potencializadora das demais políticas de desenvolvimento rural, na qual promove a inclusão produtiva dos agricultores familiares, intermediada pela execução das ações de ATER por meio do trabalho dos extensionistas dentro das unidades familiares, de forma

dialógica e participativa.

Mediante a implementação da PNATER, o governo federal visou transformar profundamente o extensionismo, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável no campo brasileiro, focando nos grupos sociais excluídos pela modernização conservadora do século XX, como por exemplo, os agricultores familiares (Castro; Pereira, 2017), onde a PNATER traz como um dos seus cinco princípios assegurar aos agricultores familiares e outros beneficiários dos programas do MDA, de forma exclusiva, o acesso à ATER pública, de forma gratuita, com qualidade e em quantidade suficiente, buscando fortalecer cada vez mais a agricultura familiar (MDA, 2004).

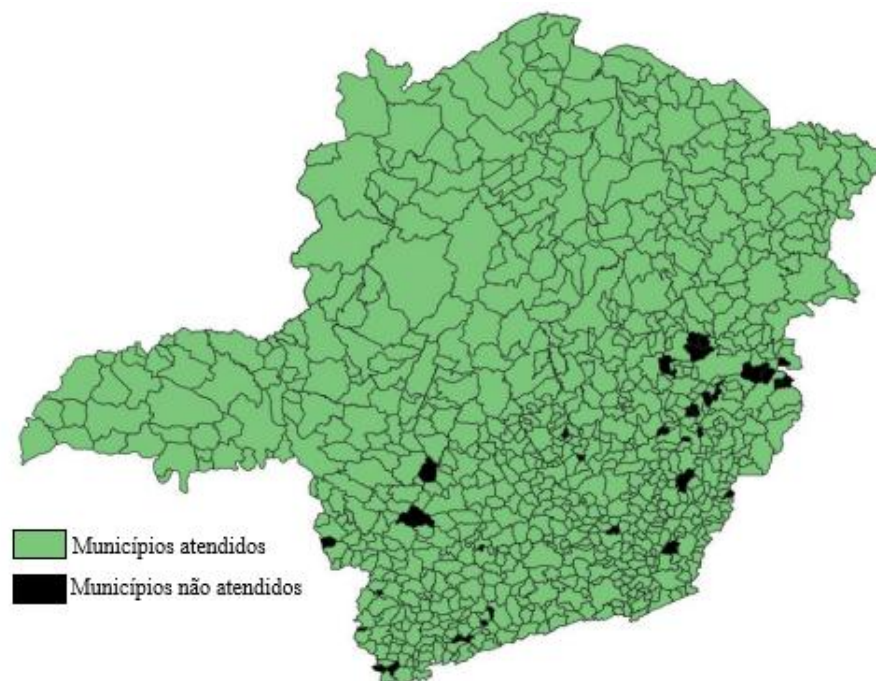
Essa preocupação da exclusividade aos agricultores familiares, demonstrada pelo primeiro princípio descrito na PNATER, pode ser explicada devido motivos peculiares dessa categoria social, conforme evidenciado por Castro e Pereira (2017).

A exclusividade da Ater pública para os agricultores familiares constitui mudança sensata por dois motivos principais. Em primeiro lugar, após o desmonte da Embrater e com o intenso crescimento das atividades agropecuárias desenvolvidas pelo segmento capitalista (conhecido popularmente como agronegócio), os agricultores mais capitalizados passaram a ser atendidos por diversas instituições privadas [...]. Em segundo lugar, imposta a realidade de recursos escassos do Estado para atender a demandas variadas e crescentes da sociedade e na impossibilidade de, com esses recursos, oferecer uma cobertura universal para todos os agricultores, a opção por atender àqueles agricultores com menor capacidade de acesso à Ater que não a pública e gratuita constitui forma mais justa e eficaz de alocar os recursos públicos destinados para esse tipo de serviço (Castro; Pereira, 2017, p.22).

Porém, é válido ressaltar que a efetividade da ATER ainda enfrenta obstáculos relevantes, como a descontinuidade de programas, a insuficiência de técnicos no campo (Vargas; Aquino; Carvalho, 2022), além da fragilidade insitucional e orçamentária da ATER, no qual compromete sua continuidade, dificultando o acompanhamento técnico das unidades produtivas, e limitando a atuação dos agentes extesnionistas no campo (Castro; Pereira, 2017; Peixoto, 2014; Souza; Pôrto Júnior, 2022).

Denominada de EMATER em todo território brasileiro, a partir de 1975, atualmente a EMATER-MG está presente em 819 municípios, no qual corresponde à uma cobertura de 96% do território mineiro, conforme ilustrado na Figura 1 (EMATER, 2024).

Figura 1 - Cobertura da EMATER-MG sobre o território do estado de Minas Gerais.



Fonte: EMATER-MG (2024), adaptado pela autora.

Quando comparado ao ano anterior (2023), é possível verificar que a cobertura desta instituição no território mineiro avançou, assim como, possibilitou o aumento no quadro de extensionistas (Tabela 1) da instituição, porém é preciso avaliar com cautela, se o acesso às ações de ATER oferecidos por ela, avançou em conjunto com a sua cobertura territorial.

Tabela 1 - Comparativo das principais variáveis da EMATER-MG (2023 e 2024).

Variáveis	2023	2024
Municípios	811	819
Extensionistas	1.134	1.152
Agricultor Familiar Atendido	321.458	311.489

Fonte: EMATER-MG (2023 e 2024), adaptado pela autora.

Analisando brevemente a Tabela 1, onde traz o comparativo entre os Relatórios Administrativos da EMATER-MG dos anos de 2023 e 2024, pode-se verificar que mesmo

diante do aumento da cobertura territorial e do aumento no número de extensionistas, não houve crescimento significativo na assistência prestada ao agricultor familiar, ao contrário, houve uma queda no quantitativo de agricultores familiares beneficiados pelas ações extensionistas.

Um fator que pode vir a justificar essa diminuição à prestação de ATER aos agricultores familiares é a realidade do orçamento global da instituição, que se manteve praticamente o mesmo entre os anos de 2023 e 2024, de aproximadamente R\$360 milhões (EMATER, 2023; EMATER, 2024). Além disso, o quantitativo de agentes extensionistas serem claramente insuficientes para assegurar o atendimento à todos os agricultores familiares mineiros, conforme indicado na Tabela1, a qual evidencia uma proporção de aproximadamente 270 agricultores familiares para cada agente extensionista. Sendo assim, é preciso repensar o modo de abarcar, em sua totalidade, os agricultores familiares assistidos de forma gratuita, visto que são amparados pela lei (Peixoto, 2014).

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil resultam de processo histórico de reconhecimento da relevância socioeconômica desse segmento para o desenvolvimento rural do país (Peixoto, 2014), tais como a Lei da Agricultura Familiar (2006), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse contexto, o fortalecimento dessas políticas está intrinsecamente vinculado à existência de um sistema de ATER estruturado, articulado e comprometido com os princípios do desenvolvimento rural sustentável. A ATER constitui um dos principais instrumentos para a promoção da equidade no meio rural e para a consolidação de um modelo de agricultura resiliente, diversificado e socialmente justo (Souza; Pôrto Júnior, 2022).

2.3 Relação entre Assistência Técnica e Extensão Rural e Agricultura Familiar: Contribuições e Desafios

A Assistência Técnica e Extensão Rural exerce um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, sendo um dos principais instrumentos de apoio às famílias agricultoras na adoção de tecnologias apropriadas, na gestão das unidades produtivas e na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Conforme enfatizado por Castro e Pereira (2017), a importância da ATER pública para agricultores familiares se dá devido à falta de recursos financeiros disponíveis que essa categoria social possui em

associação à falta de interesse das instituições privadas fornecedoras dessas ações, por esse público.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares, aproximadamente 18% dos estabelecimentos agropecuários de base familiar existentes no Brasil recebem algum tipo de orientação técnica (CONTAG, 2024). Destaca-se que 43% dessas orientações tem origem de fontes governamentais, enquanto 21,6% correspondem a orientações técnicas oriundas de recursos próprios dos agricultores familiares. Os 35,4% restantes provêm de cooperativas, empresas integradoras e privadas, organizações não governamentais e do sistema S (IBGE, 2019), esses dados revelam um declínio no acesso a esse recurso quando comparado ao ano de 2006, aproximadamente 20,9%, o que pode vir a impactar a produtividade destes estabelecimentos, visto que os avanços na produtividade dependem do acesso à orientação técnica, e se essas ações deixam de ser acessadas é possível sentir os resultados nos rendimentos de produção e trabalho (Guanziroli; Di Sabbato; Buainain, 2020).

Em Minas Gerais, a relevância da agricultura familiar é amplamente reconhecida, contudo, apenas 22,7% dos estabelecimentos agropecuários de base familiar têm acesso a algum tipo de orientação técnica (CONTAG, 2024; Fortini, 2021). Dentre esses, aproximadamente 40,8% recebem assistência técnica proveniente de fontes governamentais, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal, enquanto que 31% dessas unidades recorrem a recursos próprios para obter essa orientação. Os 28,2% restantes são provenientes de empresas integradoras e privadas, sistema S, e de organizações não governamentais (Fortini, 2021).

Além disso, um dado alarmante é destacado por Fortini (2021), ao evidenciar que cerca de 59% dos estabelecimentos agropecuários de base familiar em Minas Gerais, que utilizam defensivos agrícolas em suas atividades, não recebem qualquer tipo de orientação técnica para o uso adequado desses insumos. Essa realidade não apenas expõe os agricultores familiares a riscos à saúde e ao meio ambiente, mas também demonstra a necessidade urgente de ampliação da ATER, a fim de assegurar a saúde desses atores sociais e a sustentabilidade das práticas agropecuárias no estado.

Esse panorama evidencia um contexto de vulnerabilidade para os agricultores familiares, reforçado pelos dados apresentados no Anuário Estatístico da Agricultura Familiar (CONTAG, 2024) e no último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Conforme demonstrado na Tabela 2, é possível verificar que uma expressiva parcela desses agricultores, tanto em âmbito nacional quanto estadual, permanecem desamparados pelas

acesso às ações de ATER pública, mesmo essa categoria social sendo responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil (IBGE, 2017).

Essa falha na cobertura, e falta de acesso à assistência técnica compromete o desenvolvimento sustentável e a competitividade dessas unidades produtivas, limitando o potencial de adoção de tecnologias inovadoras, práticas sustentáveis e estratégias de gestão mais eficientes (Guanziroli; Di Sabbato; Buainain, 2020).

Tabela 2 - Participação da agricultura familiar nas principais variáveis.

Variáveis	Brasil		Minas Gerais	
	Total	Participação	Total	Participação
Estabelecimentos Agropecuários de Agricultura Familiar	3.897.408	76,8%	441.829	72,7%
Orientação Técnica Recebida	708.318	18,2%	100.118	22,7%
Fonte da Orientação: Governamental	307.167	43,4%	40.905	40,9%
Fonte da Orientação: Recursos Próprios	153.688	21,7%	31.027	31,0%

Fonte: CONTAG (2024); IBGE (2017), adaptado pela autora.

Peixoto (2014) enfatiza que os agricultores familiares enfrentam uma realidade completamente diferente dos demais agricultores, onde a realidade da ATER privada brasileira sentencia o agricultor familiar a um cenário real sobre a ATER pública, que não chega para todos os agricultores familiares brasileiros, comprometendo a continuidade da atividade em assumir um custo no qual ele não condições de pagar: o acesso à ATER privada, no qual corrobora com os dados destacados na Tabela 2.

Desta forma, vale ressaltar que, para a manutenção do dinamismo da agricultura familiar no Brasil, é necessário o somatório de esforços, buscando cada vez mais a valorização dos agricultores familiares brasileiros, direcionando recursos de créditos e assistência técnica para que se possa estabelecer a continuidade dessa categoria importante para o país (Guanziroli; Di Sabbato; Buainain, 2020).

No município de Delfim Moreira-MG o cenário não se modifica ao já visto anteriormente. O município possui 1355 estabelecimentos agropecuários de base familiar, onde apenas 18,1% das unidades familiares existentes são atendidas pelo escritório local da

EMATER (EMATER, 2024). Desta forma, evidencia o fato de que o município em questão acompanha o cenário atual brasileiro, na baixa assistência prestada aos agricultores familiares (CONTAG, 2024), assim como acompanha o cenário atual do estado (Fortini, 2021).

Diante da importância da criação das ações de ATER com o intuito de contribuir para o desenvolvimento rural, é necessário transformações no processo de comunicação durante a prestação dessas ações aos agricultores familiares brasileiros. No estudo de Paiva (2012) evidenciou fatores que indicam a deficiência da ATER pública oferecida pela EMATER-MG no município mineiro de Muriaé, como limitações na formação técnica/acadêmica dos profissionais, nas quais podem ser potencializadas por treinamentos e capacitação; atuação baseada no modelo difusionista, não entendendo completamente o contexto de metodologias participativas; e a não continuidade das ações devido ao número inadequado (reduzido) de colaboradores.

Corroborando com esse estudo, Nunes, Silva e Sá (2020) retratam o perfil dos agentes extensionistas que atuam no Rio Grande do Norte, como agentes difusionistas, e evidenciam falhas no processo de comunicação durante sua atuação, ressaltando a necessidade de mudança e evolução na forma de se comunicar no meio rural, assim como o estudo realizado por Souza e Pôrto Júnior (2022), no qual demonstra a predominância do perfil difusionista na ATER pública no estado do Tocantins, evidenciando a presença do modelo tradicional de extensão rural, mesmo anos após a criação da PNATER.

O perfil difusionista é aquele em que o ator social, aqui retratado como o agente extensionista, difunde em seu público final (o agricultor familiar), o conceito ou o processo de inovação tecnológica sem se certificar se essa inovação se enquadra na realidade daquela unidade familiar, desta forma os agricultores familiares eram vistos como meros locais de depósitos de informações, conhecimento, práticas e tecnologias padronizados (Caporal; Ramos, 2009; Nunes; Silva; Sá, 2020).

Embora os princípios da PNATER tenham sido estabelecidos há mais de dez anos, esse perfil ainda se encontra presente nos extensionistas brasileiros, talvez pela falta de clareza no entendimento do que realmente se refere ao termo “metodologias participativas” (Paiva, 2012).

As metodologias participativas também não fazem parte do cotidiano das ações dos extensionistas. A afirmação de que sempre a praticam com facilidade existe em razão do entendimento equivocado do termo, como se significasse apenas a realização de encontros e grupos para

difusão de tecnologias que maximizem resultados e diminua os custos, [...] (Paiva, 2012, p.68).

Desta forma, os questionamentos acerca da eficiência no processo de prestação das ações de ATER e a atuação do agente extensionista se fazem reais e necessários. O perfil encontrado desses atores sociais precisa ser avaliado quanto à contribuição para otimizar a melhoria produtiva e qualidade de vida dos agricultores familiares, e o desenvolvimento rural (Nunes; Silva; Sá, 2020).

O segundo princípio descrito na PNATER, no qual está diretamente relacionado ao acesso às ações de ATER, é o de promoção do desenvolvimento rural. Embora o conceito de desenvolvimento vem intrinsecamente acompanhado do fator “crescimento econômico”, sendo este o principal motivo para o direcionamento de políticas públicas (Nunes; Silva; Sá, 2020), Sen (2000) enfatiza que o desenvolvimento não deve ser considerado apenas como crescimento econômico, no qual se limita ao aumento de rendas pessoais, industrialização, e avanços tecnológicos. Mas deve ser visto como a expansão de liberdades substantivas que levam ao desenvolvimento, sendo este resultado das capacidades humanas aliado aos fatores não econômicos, como organização coletiva, acesso aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, e participação de forma mais assídua em discussões públicas.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos (Sen, 2000, p.18).

As afirmações acima citadas são validadas quando se observa o dinamismo das atividades rurais no Brasil, demonstrando que o meio rural é um cenário complexo, no qual desafia as políticas no âmbito de possibilitar ao agricultor familiar o acesso aos conhecimentos técnicos e mecanismos que possam articular os fundamentos sobre eficiência econômica, equidade social, ambiental e territorial, além da participação pública de forma mais democrática (Nunes; Silva; Sá, 2020).

Para que o desenvolvimento rural exista, tendo como referência o citado por Sen (2000), é de extrema importância e necessidade que a relação entre agentes extensionistas e agricultores familiares se dê através da troca de conhecimentos e saberes, tanto científicos

quanto empíricos, para que seja possível elaborar novos conhecimentos, e permitir que as escolhas tecnológicas e não tecnológicas se deem em adequação às realidades locais (Caporal; Ramos, 2009; Paiva, 2012).

Nesse contexto, é importante enfatizar que a ATER não deve ser apenas um instrumento de transferência de tecnologia, mas sim um canal de diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais, contribuindo para o empoderamento social, econômico e político dos agricultores, e permitindo a criação de condições que auxiliam a participação efetiva dos agricultores familiares nas decisões e na melhoria da qualidade de vida no meio rural, levando em conta o acúmulo de conhecimentos que o homem do campo possui, e só assim contribuindo para o desenvolvimento rural (Caporal; Ramos, 2009), fortalecendo o potencial pré-existente nas propriedades rurais, e o comprometimento com a agricultura familiar, sendo assim, a assistência técnica deve estar inserida em uma abordagem participativa, dialógica e emancipatória, que valorize a autonomia dos sujeitos e reconheça a complexidade das realidades rurais (Caporal, 2020; Paiva, 2012).

Para isso é importante que o agente extensionista esteja emergido nas comunidades rurais, valorize o conhecimento local existente, entenda a participação da comunidade rural com um direito e uma forma de empoderamento, adote métodos educativos que permitam a autonomia dos produtores rurais, e contribua com a aprendizagem no campo (Caporal, 2020; Freire, 1983).

Nesse sentido, a formação acadêmica, assim como a contínua capacitação dos dos agentes extensionistas configuram-se como fatores essenciais e indispensáveis para a consolidação dessa nova perspectiva de desenvolvimento rural, orientada pela valorização dos saberes locais e pela promoção da autonomia dos agricultores familiares (Paiva, 2012; Sandes; Tenório, 2020). A forma como esses profissionais interagem com as unidades familiares reflete diretamente a leitura que constroem acerca da realidade socioeconômica e produtiva vivenciada no campo, influenciando, de maneira decisiva, a adoção de metodologias participativas e a efetividade das ações de extensão rural (Hennerich; Fariña; Plein, 2022; Sandes; Tenório, 2020).

Não cabe ao extensionista o trabalho de “adestrar” o homem do campo em técnicas e práticas, mas sim contribuir para a afirmação destes como atores da sociedade. A educação no campo se dá pela construção de saberes, e a comunicação deve ser recíproca, de tal modo que não pode ser rompida, sendo um processo de comunicação humana que leva em consideração os condicionamentos sócio-culturais. O trabalho do extensionista deve estar pautado no aspecto humanista de fazer e refazer todas as coisas, partindo da experiência e

conhecimento prévio do agricultor, para a reconstrução de novos saberes (Freire, 1983).

A consolidação de uma relação sólida e contínua entre o agente extensionista e os agricultores familiares constitui um dos pilares fundamentais para a efetividade das ações de ATER dentro das unidades familiares, devendo essa relação ser pautada no conhecimento aprofundado das necessidades e especificidades das unidades familiares rurais, permitindo a identificação de suas potencialidades produtivas e contribuindo, de forma direta, para o aumento da geração de renda (Souza; Andrade, 2024). Nesse sentido, Rocha Júnior e colaboradores (2020) destacam que a interação positiva entre as ações de ATER nas unidades familiares e os agricultores familiares apresenta impacto estatisticamente significativo sobre a renda mensal dessas famílias.

Ainda conforme os autores, a ausência ou a limitação da cobertura da ATER pública resultou na redução do potencial de incremento da renda em aproximadamente 16% nas unidades familiares analisadas, evidenciando uma correlação positiva entre o acesso às ações de ATER e a melhoria nos indicadores econômicos dos agricultores familiares. De acordo com as estimativas apresentadas, a plena efetivação das ações de ATER poderia elevar a renda dessas unidades em até 24%, demonstrando que tais ações configuram-se como instrumentos estratégicos e eficazes para o fortalecimento da agricultura familiar, embora enfrentem desafios estruturais quanto à sua abrangência (Rocha Júnior et al., 2020).

Os dados supracitados estão em consonância com a literatura especializada, que aponta a relevância das ações extensionistas na orientação para o uso racional e eficiente dos recursos disponíveis, sejam eles naturais ou financeiros. Esse suporte técnico contribui não apenas para o incremento, mas também para a estabilidade da renda das famílias rurais, especialmente em contextos marcados pela pluriatividade e pela diversificação das atividades produtivas (Silva; Peixinho, 2023; Souza; Andrade, 2024).

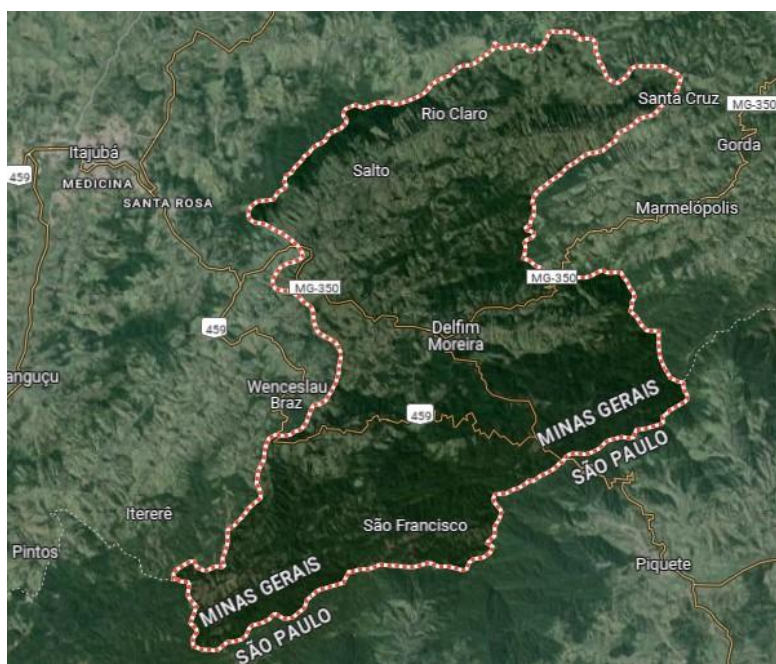
Ademais, a articulação entre as ações de ATER e o acesso a políticas públicas de fomento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), potencializa os resultados econômicos obtidos pelas unidades produtivas, reafirmando a importância do acompanhamento técnico para uma aplicação eficaz dos recursos financeiros disponíveis. Nesse contexto, é imprescindível reconhecer que o acesso ao crédito, por si só, não assegura o sucesso das atividades produtivas, sendo necessário o assessoramento técnico qualificado que oriente o agricultor familiar quanto às melhores estratégias de investimento, visando a sustentabilidade e o desempenho de sua unidade produtiva (Castro; Pereira, 2017).

3. METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou por uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, na qual foi baseada em levantamentos bibliográficos, análise documental e pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas. Para Gil (2008) a pesquisa exploratória permite uma melhor percepção geral acerca do fato estudado, além de esclarecer ideias e conceitos. Segundo o mesmo autor, a pesquisa descritiva permite descrever e estudar as características de uma determinada população, levantar opiniões, atitudes e crenças da população de estudo. Já a pesquisa qualitativa permite que as informações levantadas sejam analisadas de modo a entender o contexto nos quais elas foram extraídas (Bockorni; Gomes, 2021; Nunes; Silva; Sá, 2020).

O local de estudo realizado foi o município de Delfim Moreira-MG (Figura 2), localizado na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, e pertencente à microrregião de Itajubá. O município contém 7.952 habitantes (IBGE, 2022), conta com 1.355 agricultores familiares, nos quais apenas 246 recebem o aporte das ações extensionistas de ATER oferecidas pelo escritório local da EMATER-MG, representando 18,1% dos estabelecimentos agropecuários de base familiar existentes no município que são atendidos, e com significativa participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto, de aproximadamente 23% (EMATER, 2024).

Figura 2 - Localização geográfica do município de Delfim Moreira-MG.



Fonte: Google Maps (2024), adaptado pela autora.

Os dados secundários visaram caracterizar a agricultura familiar do município e o levantamento das ações extensionistas executadas, segundo o olhar da instituição prestadora dessas ações, sendo eles: o número absoluto e a porcentagem de agricultores(as) familiares que são atendidos pelas ações de ATER pública disponibilizados pela instituição no município; o quantitativo dos demais públicos que são atendidos (nos quais não englobam os agricultores familiares, e sim público urbano, estudantes, organizações municipais, jovens e mulheres rurais e demais produtores); e o número absoluto de atendimentos prestados a esses demais públicos no período determinado como marco temporal de estudo.

Essas informações foram obtidas por meio da tabulação dos dados presentes nos Relatórios de Ações Anuais emitidos pela EMATER-MG, relatórios estes disponibilizados pelo escritório local da EMATER-MG, via contato direto. Como marco temporal desta pesquisa, tomamos como referência o período compreendido entre 2020 a 2024, intervalo este estabelecido devido à disponibilidade documental pela EMATER-MG do município, mediante assinatura do Termo de Compromisso de Uso de Dados - TCUD (ANEXO 01).

Já os dados primários visaram caracterizar o perfil da agricultura familiar no município mediante os relatos dos participantes, levantando o perfil sociodemográfico dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados, o perfil produtivo, e a compreensão da percepção desses(as) agricultores(as) familiares a respeito das ações de ATER em seus estabelecimentos agropecuários de base familiar.

Essas informações foram coletadas por meio de uma entrevista semiestruturada, tendo como unidades amostrais agricultores(as) familiares residentes do município de Delfim Moreira-MG, obrigatoriamente maiores de 18 anos de idade, sendo estes os critérios de inclusão.

A técnica de amostragem adotada para a realização das entrevistas foi a *Snowball* (Bola de Neve), caracterizada por seu uso de cunho exploratório e qualitativo, uma vez que se baseia na construção de cadeias de referências por meio das indicações fornecida pelos próprios entrevistados, permitindo ao pesquisador o acesso a um conjunto ampliado de contatos potenciais e, conseqüentemente, uma compreensão mais aprofundada de um tema investigado. No entanto, é importante ressaltar que essa técnica pode apresentar limitações, especialmente quando os participantes se recusam a atuar como intermediários na formação dessas redes de contatos (Bockorni; Gomes, 2021; Vinuto, 2014).

Os(as) agricultores(as) familiares participantes da pesquisa foram submetidos(as) a uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE 1), na qual foi previamente validada por meio de um teste piloto, teste este que se constituiu em uma entrevista realizada com um agricultor

familiar, cujo resultado permitiu ajustes necessários para o aprimoramento do instrumento, como a reformulação das questões de forma mais direta e assertiva no contexto da entrevista, assim como a redução no número final de questões. Cabe destacar que essa entrevista teste foi descartada do conjunto final de respostas coletadas. O questionário final foi composto por 15 questões, no formato de perguntas abertas e fechadas, com escrita clara e objetiva, de modo a garantir maior compreensão e durante a comunicação das perguntas e respostas. O instrumento da pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), em maio de 2024, conforme o Parecer Consubstanciado nº 6.844.358 (ANEXO 02).

Para a coleta dos dados, a entrevista aconteceu de forma presencial, conduzida com registro manual das informações, já que no acesso às localidades foi impossibilitado o uso de meios eletrônicos, devido a ausência de acesso à internet.

Antes de iniciar a entrevista, a pesquisadora fez a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ANEXO 03) para o(a) agricultor(a) familiar participante, e convidou-os(as) a registrarem seu aceite às condições da pesquisa. Após o seu consentimento em participar da pesquisa as perguntas da entrevista foram realizadas. Durante a realização da entrevista, caso o(a) agricultor(a) familiar participante demonstrasse qualquer desconforto, a pesquisadora comprometeu-se em atender prontamente às suas necessidades. Caso, em algum momento o(a), manifestasse o desejo de encerrar a entrevista, a mesma seria imediatamente finalizada e desconsiderada para análise dos dados posteriormente.

Todos os(as) agricultores(as) familiares participantes da pesquisa que se enquadraram nos critérios de inclusão e que não apresentaram aspectos relacionados aos critérios de exclusão receberam o TCLE, o qual consta aspectos relacionados com a pesquisa em questão, como título da pesquisa, objetivos, riscos e benefícios, sigilo e privacidade das informações, assim como o contato do pesquisador.

Posteriormente os dados foram organizados e tabulados, utilizando-se o recurso do *software* EXCEL, possibilitando uma análise mais detalhada dos mesmos. E em seguida, procedeu-se com a análise descritiva dos dados levantados durante a análise documental e as entrevistas), apresentando os resultados de modo que seja possível confrontar os dados obtidos dos relatórios (dados secundários) e os dados levantados durante as entrevistas de campo (dados primários).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil Socioeconômico e Produtivo da Agricultura Familiar

A caracterização do perfil socioeconômico dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados no município de Delfim Moreira-MG constitui o ponto de partida para a análise dos resultados desta pesquisa. Para isso, foram realizadas entrevistas com nove agricultores(as) familiares, cujos dados estão sistematizados na Tabela 3, evidenciando aspectos essenciais relacionados à idade, escolaridade, composição familiar e renda familiar.

Tabela 3 – Perfil socioeconômico dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados.

Identificação	Idade	Escolaridade*	Nº Integrantes na Família	Renda Mensal (R\$)
A	54	EFI	2	5000
B	59	EMI	3	4000
C	50	EMC	6	5000
D	28	EMC	3	5000
E	43	ESC	4	5000
F	48	EFI	4	4000
G	18	EMC	6	12000
H	20	EMC	5	Não informado
I	22	EMC	3	3000

*Escolaridade - Ensino Fundamental Incompleto (EFI); Ensino Médio Incompleto (EMI); Ensino Médio Completo (EMC); Ensino Superior Completo (ESC).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A faixa etária dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as) variou entre 18 e 59 anos, sendo possível observar uma predominância dos entrevistados na categoria etária de meia-idade (45 a 59 anos). A média de idade entre os entrevistados foi de aproximadamente 46 anos, o que reflete um perfil de envelhecimento dessa categoria social no ambiente rural do município. Este fator estrutural das unidades familiares pode acarretar no futuro, problemas na reprodução social e na sucessão familiar dessas unidades produtivas, por se tratar de um setor com carga intensa de trabalho familiar, no qual pode-se esgotar em decorrência do envelhecimento da mão de obra (Fortini, 2021; Guanzirolli; Di Sabbato; Buainaim, 2020; Monteiro; *et al.*, 2024). Deste modo, torna-se necessário políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, visando a permanência deles nas unidades produtivas e assegurar a reprodução social dessa categoria tão relevante (Fortini, 2021; Monteiro; *et al.*, 2024).

Com relação à escolaridade, observou-se uma diversidade nos níveis de instrução entre os(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as), porém a maioria deles possuem Ensino Médio Completo, e apenas um (a) participante com Ensino Superior Completo. Esses achados estão em consonância com os dados regionais apresentados pela CONTAG (2024), os quais indicam que, na região Sudeste do país, há uma maior concentração de agricultores familiares com ensino médio completo, enquanto o acesso ao ensino superior ainda se apresenta como uma realidade restrita a uma parcela reduzida desse público.

A análise de escolaridade permite evidenciar, que embora haja um número significativo de agricultores(as) familiares que concluíram o ensino médio, ainda há uma parcela relevante com baixa escolarização formal. Esse dado é importante, pois a escolaridade influencia diretamente na capacidade de acesso, compreensão e aplicação de tecnologias produtivas e de gestão, bem como na interlocução com instituições públicas e privadas. Além disso, pode afetar o acesso a políticas públicas, como crédito rural e assistência técnica (Fortini, 2021; Franco; Dusek; Avelar, 2023).

A composição das famílias dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as) nesta pesquisa apresentou, de forma geral, variação entre dois e seis membros, com média de quatro integrantes por núcleo familiar, onde as unidades familiares compostas por três pessoas foram as mais frequentes. Esse dado é relevante para se compreender a disponibilidade de mão de obra familiar, que é um dos pilares da agricultura familiar, e para a dinamização da introdução da pluriatividade dentro das unidades produtivas. A estrutura familiar reduzida pode representar uma limitação ao trabalho agropecuário, especialmente em unidades produtivas com maior demanda de força de trabalho ou em contextos onde há escassez de apoio técnico e tecnologias de mecanização (Schneider, 2009).

No tocante referente à renda mensal das unidades familiares, conforme apresentado na Tabela 3, identificou-se uma amplitude significativa, variando de R\$3.000,00 a R\$12.000,00 entre os que declararam essa informação. A maior parte dos entrevistados relatou renda mensal entre R\$5.000,00, e apenas um dos entrevistados declarou uma renda superior a R\$10.000,00, o que representa uma exceção no grupo analisado.

De acordo com Guanzirolli, Di Sabbato e Buainaim (2020), a diversidade de rendas entre os agricultores familiares revela diferentes graus de inserção econômica e produtiva, os quais estão diretamente relacionados aos níveis variados de acesso a mercados, tecnologias e políticas públicas. Nesse contexto, apenas uma parcela reduzida das unidades familiares (aproximadamente 538 mil) apresenta rendimentos superiores, com média de R\$ 5.700, configurando-se como o grupo de maior renda dentro do segmento. Esses agricultores, por

disponham de melhores condições financeiras, ampliam suas possibilidades de investimento em novas atividades produtivas e em ferramentas de modernização do trabalho. Ressalta-se ainda, que, segundo os autores, esse grupo de maior renda é caracterizado por maior grau de especialização, o que evidencia uma estratégia voltada à intensificação e diversificação da geração de renda. Tal panorama reforça a relevância da valorização da produção familiar e da inclusão produtiva, destacando o papel central desempenhado pelas ações de ATER nesse processo.

Em relação à exceção do valor da renda mensal mencionado por um dos agricultores familiares entrevistados (superior a R\$10.000,00), pode-se considerar que tal rendimento está associado à comercialização de animais voltados à produção de leite, adotada como estratégia para elevação da receita da unidade familiar. Este agricultor é um jovem do meio rural, com ensino médio completo, cursando o ensino técnico profissionalizante, características que podem contribuir para uma maior capacidade de acesso às informações, bem como para o desenvolvimento de estratégias voltadas à permanência na atividade rural.

A presença e o protagonismo de jovens no campo são aspectos de fundamental importância para a renovação geracional e para a continuidade das atividades agrícolas. Fortini (2021) ressalta que a escassez de incentivos e a ausência de condições adequadas para o desenvolvimento de projetos de vida no meio rural dificultam a permanência da juventude no campo, contribuindo para a fragilização das comunidades rurais e o esvaziamento dos territórios agrícolas. Nesse sentido, políticas públicas que articulem o acesso à assistência técnica, à educação e ao crédito rural devem ser pensadas como estratégias integradas de fortalecimento da juventude rural e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que os valores declarados consideraram a totalidade dos ganhos provenientes das atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas, abrangendo tanto atividades agropecuárias quanto não agropecuárias. Observou-se, no entanto, que apenas uma unidade familiar mencionou a presença de atividade não agropecuária na composição da renda mensal. De modo geral, a receita monetária das famílias entrevistadas é originária exclusivamente das atividades desempenhadas no âmbito da própria unidade produtiva (conforme demonstrado na Tabela 4), não havendo relatos de complementação financeira por meio de fontes externas, como aposentadorias, pensões ou empregos temporários fora das unidades. Tais informações reforçam o papel central da agricultura familiar como principal — e, em muitos casos, única — base econômica dessas famílias.

Tabela 4 – Perfil produtivo dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados.

Identificação	Atividade	Produto	Destino da Produção
A	Pecuária	Leite	Município Vizinho
	Turismo Rural	Restaurante	Público em Geral
B	Agricultura	Fumo e Feijão	Município Vizinho
	Pecuária	Corte	
C	Agricultura	Fumo	Município Vizinho
	Pecuária	Leite e Corte	
D	Pecuária	Leite	Município Vizinho
	Avicultura	Ovos	
E	Citricultura	Cítricos	Município Vizinho
	Piscicultura	Peixes	
F	Pecuária	Leite e Corte	Município Vizinho
G	Agricultura	Pinhão	Próprio Município
	Pecuária	Leite e Animais	
H	Pecuária	Leite	Próprio Município
I	Pecuária	Leite	Município Vizinho

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados apresentados na Tabela 4 evidenciam o perfil produtivo dos agricultores familiares entrevistados, revelando uma considerável diversidade de atividades pecuárias e agrícolas. Observa-se que, embora os produtores desenvolvam múltiplas frentes produtivas, o destino da maior parte da produção concentra-se fora do município de origem, indicando não apenas a integração desses agricultores em mercados regionais, mas também a potencial dependência de canais de comercialização externos. Esse panorama evidencia a relevância dos serviços de ATER voltados à agricultura familiar, os quais devem contemplar tanto a diversidade produtiva quanto os desafios logísticos e mercadológicos enfrentados pelos agricultores familiares locais.

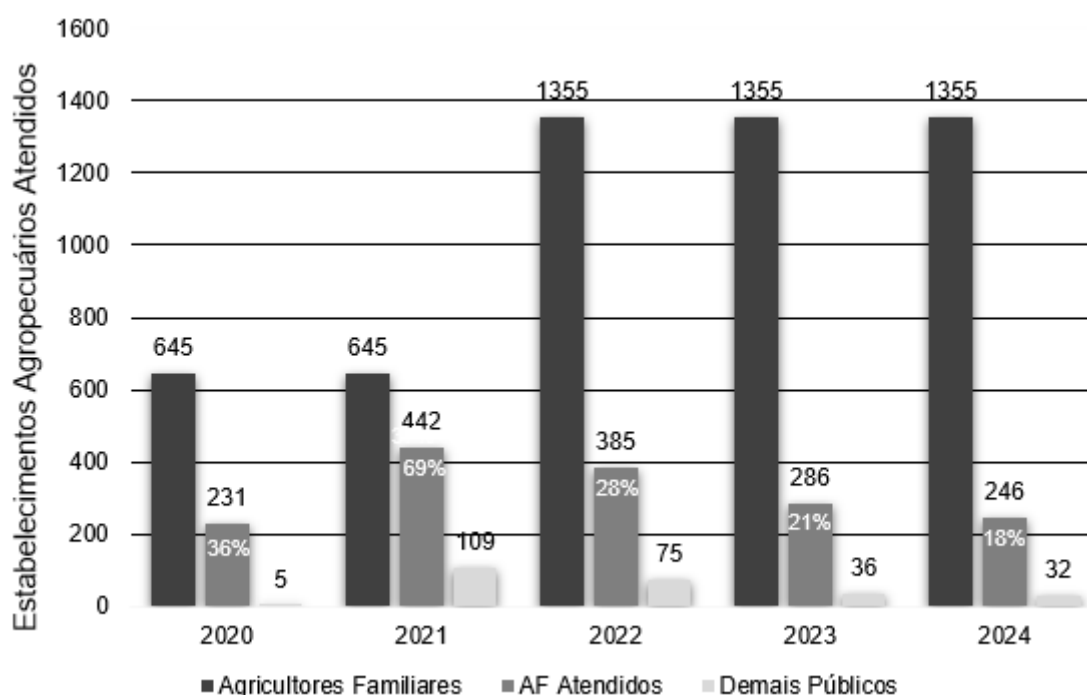
4.2 Cobertura das ações de ATER executadas no município

O estado de Minas Gerais enfrenta um cenário desafiador no que se refere ao acesso dos agricultores familiares às ações de ATER pública. Segundo dados apresentados por Fortini (2021), 441.829 estabelecimentos agropecuários registrados no estado, são classificados como

pertencentes à agricultura familiar — o que representa cerca de 73% do total de estabelecimentos agropecuários mineiros — onde apenas 100.118 são efetivamente atendidos com algum tipo de orientação técnica. E dentre esses que são atendidos, aproximadamente 41% recebem assistência técnica oriunda de instituições governamentais, evidenciando a importância estratégica da ATER pública como instrumento de apoio ao desenvolvimento rural sustentável em Minas Gerais.

Nesse contexto, a Figura 4 apresenta os valores absolutos referentes à realidade do município de Delfim Moreira-MG, detalhando o número total de agricultores(as) familiares existentes, o contingente efetivamente atendido pelas ações de ATER, bem como a proporção de atendimento em relação ao total de unidades familiares. Além disso, são apresentados os números relativos aos atendimentos destinados a outros públicos locais, entre os quais se incluem estudantes, jovens e mulheres rurais, população urbana, organizações comunitárias e agricultores que não se enquadram formalmente na categoria de agricultores familiares. Essa ampliação do escopo de atuação da ATER pública evidencia sua relevância enquanto política pública transversal, capaz de alcançar diferentes segmentos sociais e contribuir para a dinamização das comunidades rurais em múltiplas dimensões.

Figura 3 - Cobertura do atendimento da EMATER-MG aos agricultores familiares e demais públicos em Delfim Moreira-MG, entre os anos de 2020 a 2024.



Fonte: EMATER-MG (2023), adaptado pela autora.

Os dados presentes na imagem apresentada evidenciam a trajetória da atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre os anos de 2020 e 2024, com destaque para o atendimento prestado a estabelecimentos agropecuários, discriminando-se os agricultores(as) familiares (AF) dos demais públicos.

Observa-se que o número total de agricultores(as) familiares existentes sofreu um acréscimo significativo a partir de 2022, passando de 645 (nos anos de 2020 e 2021) para 1.355 estabelecimentos, número que se manteve constante até o ano de 2024. Este aumento pode estar associado a um esforço de atualização cadastral e/ou à incorporação de novos cadastros no sistema de ATER pública.

Contudo, quando se analisa o número de agricultores(as) familiares efetivamente atendidos, verifica-se um comportamento oscilante e uma tendência de redução no percentual de cobertura ao longo do período. Em 2020, foram atendidos 231 estabelecimentos, correspondendo a 36% dos agricultores(as) familiares cadastrados, valor este que pode estar associado aos efeitos adversos provocados pela Pandemia da COVID-19 no ano de referência, que comprometeu a operacionalização das atividades extensionistas presenciais e impactou diretamente o alcance das ações. Em 2021, este número aumentou expressivamente para 442 atendimentos, o que representa 69% de cobertura, configurando o melhor desempenho do período analisado. Esse pico pode refletir um ano onde as ações de ATER se normalizaram, e puderam acontecer de forma presencial nas unidades familiares.

A partir de 2022, embora o número absoluto de agricultores(as) familiares tenha mais que dobrado, o número de atendimentos caiu para 385, representando apenas 28% da população-alvo. Essa queda acentuada no percentual de cobertura mantém-se nos anos subsequentes: em 2023, foram registrados 286 atendimentos (21%) e, em 2024, 246 (18%). Essa trajetória revela uma redução progressiva da capacidade operacional da ATER pública frente à crescente demanda, o que pode indicar limitações estruturais e/ou escassez de recursos humanos ou financeiros. A análise dos dados reforça que o acesso às ações públicas de ATER no município de Delfim Moreira-MG reproduz a mesma lógica observada em nível estadual, marcada pela limitação estrutural da instituição pública local em atender, em sua totalidade e de modo contínuo, todos os agricultores(as) familiares (CONTAG, 2024).

Quanto aos demais públicos atendidos — isto é, estabelecimentos agropecuários que não se enquadram nos critérios da agricultura familiar — observa-se um padrão de baixa representatividade em todos os anos analisados. Em 2020, apenas 5 estabelecimentos deste grupo foram atendidos; em 2021, esse número sobe para 109, mas recua novamente nos anos seguintes, com 75 atendimentos em 2022, 36 em 2023 e 32 em 2024. Esses dados sugerem que,

embora haja alguma diversificação do público atendido, o foco principal das ações da ATER pública do município permanece concentrado nos agricultores familiares, ainda que com alcance limitado.

Ainda conforme demonstrado na Figura 4, apesar da relativa estabilidade no número absoluto de agricultores(as) familiares entre os anos de 2020 e 2024, os percentuais de cobertura das ações de ATER oscilaram consideravelmente, variando entre 18% e 69%. Essa variação reflete não apenas a flutuação na capacidade operacional da equipe local de assistência técnica, mas também possíveis entraves no processo de mobilização, articulação e adesão por parte dos próprios agricultores(as) familiares em relação às ações prestadas pelo município.

Essa instabilidade nos atendimentos e na continuidade das ações evidencia fragilidades na execução da política pública de ATER no contexto municipal, com impactos diretos na efetividade das ações e na construção de um processo de desenvolvimento rural mais inclusivo e contínuo. Como destacam Souza e Pôrto Júnior (2022), e Vargas, Aquino e Carvalho (2022), a ausência de regularidade nos atendimentos compromete a consolidação de vínculos entre os agentes extensionistas e os(as) agricultores(as) familiares, reduz a eficácia das orientações técnicas aplicadas, e limita o alcance das transformações desejadas nas unidades familiares. Portanto, torna-se fundamental compreender e enfrentar os entraves estruturais, financeiros e humanos que ainda persistem no sistema de ATER pública, a fim de assegurar um atendimento qualificado e contínuo, especialmente nas regiões onde a agricultura familiar constitui o alicerce da economia rural, com é o caso do município de Delfim Moreira - MG.

Esse cenário reforça a urgência de uma análise mais aprofundada acerca da concepção e da operacionalização das ações de ATER pelas instituições responsáveis, sobretudo no contexto da agricultura familiar. Um dos elementos centrais que contribuem para a instabilidade na cobertura das ações de ATER pública em Delfim Moreira-MG é a evidente desproporção entre a demanda representada pelo número de agricultores(as) familiares existentes e a limitada oferta de agentes extensionistas disponíveis para o atendimento técnico. Trata-se de um ponto crítico que merece atenção estratégica, tanto das esferas de gestão pública quanto das instâncias de formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

No município, o escritório local de ATER pública dispõe de apenas um agente extensionista para atender, em média, 1355 agricultores(as) familiares, número que ultrapassa significativamente a capacidade humana necessária para garantir um acompanhamento contínuo, personalizado e eficaz. Diante das múltiplas realidades e dinâmicas produtivas que coexistem entre as unidades familiares, essa limitação estrutural compromete diretamente a efetividade das ações de ATER, dificultando a construção de processos de assessoramento

técnico ajustados às necessidades locais e à valorização da diversidade produtiva.

A análise dos dados revela, portanto, uma dissonância entre a expansão do público potencial e a capacidade de atendimento efetivo, especialmente a partir de 2022. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem o aporte de recursos à ATER pública e fortaleçam a estrutura de acompanhamento técnico, para garantir um atendimento mais abrangente e contínuo aos agricultores(as) familiares, que são historicamente reconhecidos como sujeitos prioritários das políticas de desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2010; Vargas; Aquino; Carvalho, 2022)

4.3 Percepção dos(as) Agricultores(as) Familiares sobre a atuação da ATER pública no município

A compreensão das percepções dos agricultores(as) familiares acerca das ações de ATER pública constitui um elemento central para a avaliação da efetividade e da relevância dessas intervenções no cotidiano das unidades familiares. Mais do que receptores passivos, os agricultores(as) familiares são protagonistas no processo de construção e apropriação dos conhecimentos técnicos, sendo suas experiências e opiniões fundamentais para o aprimoramento das práticas extensionistas (Caporal, 2020). Neste contexto, os relatos apresentados a seguir revelam como os(as) entrevistados(as) reconhecem e atribuem valor às ações desenvolvidas pelo profissional da ATER pública, destacando impactos positivos relacionados à melhoria da produção, ao acesso a políticas públicas, à tomada de decisão e à gestão das atividades agropecuárias.

Entre os relatos obtidos, destacam-se o de dois(uas) agricultores(as) que, embora não estejam atualmente inseridos nas ações de ATER pública promovidas pelo escritório local da EMATER-MG, expressaram uma percepção positiva quanto à importância dessas ações em seus estabelecimentos. Ao serem questionados(as) sobre os possíveis impactos da assistência técnica em sua unidade produtiva, os(as) entrevistados(as) reconheceram o potencial contributivo do acompanhamento técnico para o aprimoramento de suas práticas agrícolas. Tais depoimentos evidenciam não apenas a valorização simbólica da ATER pública por parte dos(as) agricultores(as), mesmo entre aqueles não atendidos, como também aponta para uma lacuna no alcance das políticas públicas voltadas ao setor. Os relatos, apresentados a seguir, ilustra de forma concreta a demanda reprimida por maior abrangência e presença das ações extensionistas nas unidades familiares.

“Sim, as visitas do extensionista traria uma nova percepção de mercado para nossa propriedade. Além disso traria mais dados.” (Agricultor Familiar 9).

“Ajudaria bastante, com orientações técnicas, com ajuda para adquirir as licenças de comercializações dos produtos, onde hoje isso é o maior gargalo da propriedade.” (Agricultor Familiar 5).

Ambos os(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as) demonstraram compreender a relevância das ações de ATER pública para a sustentabilidade econômica e produtiva de suas unidades familiares. Essa percepção está em consonância com os achados de Rocha Júnior e colaboradores (2020), os quais evidenciaram que o acesso continuado às ações de ATER pode resultar em um incremento médio de até 24% na renda mensal dos(as) agricultores(as) familiares, reforçando o papel estratégico da assistência técnica como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar da ausência de uma frequência pré-estabelecida de visitas, os(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as) reconhecem a importância da presença regular do agente extensionista e demonstram apreço pelo atendimento técnico quando este ocorre. No entanto, também revelam consciência quanto às limitações estruturais enfrentadas no município, reconhecendo que a baixa disponibilidade de profissionais prejudica o alcance e a continuidade das ações de ATER pública, conforme expressado no relato a seguir:

“Ele não tem uma frequência definida, mas sempre que a gente chama ele vem. A gente sabe a realidade, não dá pra vim sempre porque tem muita gente, e ele é um só.” (Agricultora Familiar 1).

A carência no acesso regular e estruturado às ações de ATER podem refletir impactos diretos sobre o desempenho produtivo das unidades familiares, comprometendo o aprimoramento das práticas produtivas e limitando seu desenvolvimento sustentável (Hennerich; Fariña; Plein, 2022; Guanzirolí; Di Sabbato; Buainain, 2020). Esse contexto torna-se ainda mais evidente nos relatos de campo, como no caso de um(a) dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados(as) que, por não ser atendido(a) pelas ações de ATER pública, expressou dificuldades enfrentadas em promover melhorias em sua unidade familiar, conforme ilustrado no relato a seguir:

“Se recebesse a visita seria melhor para uma produção de alimentos de qualidade e melhor desenvolvimento da propriedade.” (Agricultor Familiar 6).

De modo geral, os relatos evidenciam que os(as) agricultores(as) familiares reconhecem a importância das ações de ATER pública em suas unidades produtivas, inclusive aqueles que não estão inseridos no atendimento oferecido pela instituição. Há uma percepção generalizada de que o acompanhamento técnico contribui significativamente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, seja na adoção de novas práticas, no acesso a políticas públicas ou na tomada de decisões mais assertivas, mesmo que a realidade não seja um atendimento contínuo.

Contudo, os(as) próprios(as) entrevistados(as) também demonstram compreensão quanto às limitações enfrentadas pela assistência técnica no município, sobretudo no que se refere à sua capacidade de atendimento regular e abrangente. Ainda assim, é consenso entre os(as) agricultores(as) familiares que, sempre que acionado, o agente extensionista se prontifica a comparecer às unidades, demonstrando compromisso e disponibilidade no atendimento às demandas emergenciais ou pontuais. Essa relação de confiança e reconhecimento reforça a relevância da ATER pública como política pública estruturante para a agricultura familiar, conforme estabelecido pela PNATER (2010) – estabelecendo interações afetivas e permanentes entre as partes envolvidas, corresponsabilidade nas decisões, metodologias participativas (escuta ativa e construções de saberes), ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de ampliação da sua presença e capilaridade no município.

Quando questionados sobre a relação do agente extensionista e os(as) agricultores(as) familiares, os relatos demonstram uma realidade distinta daquela descrita e evidenciada pela literatura. De forma unânime, os entrevistados destacaram uma relação próxima e positiva com o agente extensionista, caracterizada por interações horizontais, respeito mútuo e construção conjunta de soluções. Foram enfatizados aspectos como a abertura para o diálogo, a valorização das experiências dos(as) agricultores(as) familiares e a construção coletiva das decisões no âmbito das atividades desenvolvidas nas unidades familiares, conforme o relato de um(a) dos(as) agricultores(as) familiares entrevistados:

“É uma relação muito boa, ele é claro pra falar, a gente consegue entender com facilidade. Dá pra tomar as decisões junto com ele, as ideias vem surgindo em conjunto com ele, e tomamos as decisões juntos.” (Agricultor 3).

Essa percepção indica que, ao menos no contexto estudado, a atuação do agente extensionista tem incorporado elementos de uma abordagem mais participativa e contextualizada, alinhando-se às diretrizes mais recentes da extensão rural pública, que preconizam práticas pedagógicas construídas a partir da escuta ativa, da valorização dos saberes locais e da corresponsabilidade nas decisões produtivas, conforme enfatizado por Freire (1983). Tal constatação revela a importância de compreender as dinâmicas locais e as práticas concretas da ATER pública, evitando generalizações e reconhecendo iniciativas que, mesmo em contextos adversos, vêm promovendo relações mais equitativas e transformadoras no meio rural.

4.4 Convergências e Divergências das ações de ATER pública e a Agricultura Familiar no município

A análise das convergências e divergências entre as ações ATER pública e a realidade da agricultura familiar no município de Delfim Moreira-MG constitui uma etapa fundamental para a compreensão dos alcances e limites dessa política pública no território. Neste contexto, busca-se estabelecer um diálogo crítico entre os dados secundários obtidos por meio dos relatórios institucionais e os dados primários levantados durante a pesquisa de campo, a partir das percepções e experiências relatadas pelos(as) agricultores(as) familiares participantes. Essa aproximação permite não apenas validar as informações oficiais com base na vivência concreta dos sujeitos envolvidos, mas também identificar eventuais distanciamentos entre a atuação institucional planejada e as necessidades reais das unidades familiares. Assim, pretende-se oferecer uma reflexão sobre a efetividade das ações de ATER pública, suas potencialidades e os desafios ainda existentes para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

Os dados documentais analisados, dialogam de forma consistentes com os dados obtidos durante a entrevista de campo. Entre os agricultores familiares entrevistados, apenas três relatam receber visitas do agente extensionista e, por conseguinte, acesso direto às ações de ATER pública. Contudo, todos destacam que não existe uma periodicidade previamente definida para essas visitas. Segundo seus relatos, o atendimento ocorre majoritariamente sob demanda, sendo prontamente realizados sempre que solicitados junto ao escritório local, o que indica a ausência de um acompanhamento técnico contínuo nas unidades familiares.

A falta de regularidade nos atendimentos das unidades familiares configura-se como um dos principais fatores limitantes para a consolidação das ações de ATER pública eficientes e transformadoras. A descontinuidade pode afetar diretamente a capacidade dos agricultores familiares de se manterem competitivos no mercado, uma vez que compromete o acesso às

orientações que favorecem a melhoria dos processos produtivos, a gestão das unidades familiares, e a inserção adequada no mercado consumidor. Esses fatores são alertados por Nunes, Silva e Sá (2020), onde a inconstância das ações de ATER tendem a reduzir o potencial de impacto no sistema produtivo das unidades familiares, e dificultar seus avanços no desenvolvimento rural.

Essa constatação converge com a análise de Vargas, Aquino e Carvalho (2022), que destacaram a disparidade significativa entre o expressivo contingente de agricultores familiares existentes, associado a escassez no número de agentes extensionistas em atuação. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos voltados à ampliação desses profissionais nas instituições públicas responsáveis pelo oferecimento de ATER.

O fortalecimento do quadro de agentes extensionistas é um requisito essencial para garantir a efetiva disponibilização da ATER pública, permitindo que um número mais significativo de agricultores(as) familiares sejam contemplados, e desta forma, contribuindo não apenas para o desenvolvimento rural sustentável, mas também para a atuação direta na redução da pobreza e na promoção da melhoria da qualidade de vida dos atores sociais diretamente envolvidos na agricultura familiar (Souza; Pôrto Júnior, 2022), em consonância com os princípios norteadores da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil, 2010).

Nesse sentido, a ATER pública deve ser entendida e executada com um processo formativo contínuo, articulado a estratégias de fortalecimento da agricultura familiar em suas múltiplas dimensões. Para além somente da geração de renda, suas ações devem promover a transformação significativa dos sistemas produtivos, sociais e ambientais das unidades familiares, por meio de práticas que valorizem o saber local, estimulem a autonomia e favoreçam o protagonismo dos agricultores familiares (Nunes; Silva; Sá, 2020; Rocha Júnior et al., 2020). Esse processo exige a adoção de metodologias baseadas no acompanhamento sistemático e dialógicos das unidades familiares, superando práticas pontuais e desarticuladas, conforme enfatizam Vargas, Aquino e Carvalho (2022).

Adicionalmente, observa-se que a ausência de continuidade no acesso às ações de ATER pública tem levado muitos agricultores(as) familiares a recorrerem à contratação de ATER privada, mesmo diante das limitações financeiras características dessa categoria social. Tal estratégia, embora possa representar uma alternativa acessível para suprir as demandas técnicas necessárias das unidades familiares, impõe uma carga significativa dentro dessa realidade, uma vez que parte da renda precisa ser redirecionada para custear esses recursos. O deslocamento financeiro para esse tipo de estratégia, no contexto da agricultura familiar

marcado por rentabilidades reduzidas, pode comprometer a sustentabilidade econômica e agravar a vulnerabilidade social dessa categoria, limitando a capacidade de investimento e inovação das atividades produtivas dentro das unidades familiares (Hennerich; Farinã; Plein, 2022; Peixoto, 2014).

Nesse contexto, a presença regular e sistemática do agente extensionista torna-se um elemento central para o êxito das ações de ATER pública, conforme destacam Souza e Pôrto Júnior (2022). Segundo os autores, a efetividade das práticas extensionistas está intrinsecamente associada à construção de vínculos de confiança e à atuação contínua no cotidiano das unidades familiares, o que possibilita não apenas a oferta de orientações técnicas pontuais, mas a elaboração conjunta de estratégias adaptadas à realidade local. Em contrapartida, quando esse acompanhamento deixa de ocorrer com regularidade, o impacto das ações extensionistas tende a ser reduzido. Isso demonstra que a qualidade e a frequência dos atendimentos são tão determinantes quanto sua existência formal, sendo fundamentais para garantir transformações concretas nas dinâmicas produtivas e sociais das famílias agricultoras.

Outro aspecto relevante, digno de destaque, conforme já mencionado, refere-se ao volume (mesmo que pequeno) de atendimentos realizados junto a outros públicos do município, além dos(as) agricultores(as) familiares. Essa informação aponta para uma característica multifuncional das ações de ATER pública, que vêm sendo requisitados por diferentes segmentos sociais. Essa realidade amplia o escopo de atuação das instituições de ATER pública, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de reflexão crítica sobre a capacidade institucional de atender, de forma eficiente e equitativa, a esse conjunto diversificado de demandas. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante identificar e desenvolver estratégias que priorizem e ampliem o acesso dos(as) agricultores(as) familiares a ATER pública. Tais estratégias devem estar pautadas na promoção da inclusão produtiva e na melhoria das condições de vida das unidades familiares, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento rural sustentável e da justiça social.

Essa realidade local, que evidencia a diversidade de públicos atendidos, contrapõe-se ao argumento defendido por Castro e Pereira (2017), os quais argumentaram que a exclusividade do atendimento aos agricultores familiares constitui um avanço significativo e importante no campo das políticas públicas para essa categoria social. Os autores defendem que essa exclusividade é essencial, considerando que agricultores(as) familiares, por serem historicamente menos capitalizados em comparação aos médios e grandes produtores rurais, encontram maiores dificuldades para acessar a ATER privada.

Sob essa perspectiva, a ATER pública assume um papel estratégico como instrumento

de equidade social, ao viabilizar suporte técnico especializado, em diferentes áreas, para agricultores(as) familiares que, historicamente têm sido excluídos das dinâmicas de modernização promovidas pelo setor privado, não sendo o público-alvo das grandes empresas do setor (Peixoto, 2014). Dessa forma, a priorização dos agricultores(as) familiares no acesso a ATER pública de não apenas amplia e potencializa suas capacidades produtivas e organizativas, mas também contribui para a superação das desigualdades estruturais no campo, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e impulsionando práticas de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

Ao se analisar a relação entre os agentes extensionistas e os(as) agricultores(as) familiares, observa-se que, embora a literatura aponte predominância de um modelo difusionista nas práticas extensionistas – como evidenciado por Nunes, Silva e Sá (2020) e por Souza e Pôrto Júnior (2022) – os dados obtidos nas entrevistas de campo apresentam nuances que merecem destaque. Os referidos autores argumentam que a atuação dos agentes extensionistas ainda se ancoram em uma lógica difusionista de transferência unidirecional do conhecimento técnico, centrada na assistência técnica tradicional, em detrimento de processos participativos e dialógicos próprios da extensão rural. Porém quando questionados sobre a atuação do agente extensionista, todos os(as) agricultores(as) familiares assistidos declararam que a relação entre esses dois atores sociais se consolida em uma relação de amizade, respeito, construção de saberes e tomadas de decisões conjuntas, conforme a realidade de cada unidade familiar.

Essa percepção relatada pelos(as) agricultores(as) familiares entrevistados encontra respaldo nos estudos de Caporal (2020) e Sandes e Tenório (2020), que destacam o importante papel estratégico do agente extensionista inserido nas comunidades rurais como um facilitador de processos de fortalecimento das capacidades já existentes no interior das unidades familiares. Para os autores, a atuação extensionista deve ir além da simples transferência de tecnologias, reconhecendo e valorizando os saberes locais e promovendo a autonomia dos agricultores por meio de abordagens participativas e dialógicas.

Nesse sentido, o agente extensionista passa a ser compreendido não apenas como um técnico que leva soluções externas, mas como um mediador que constrói, junto aos(as) agricultores(as) familiares, alternativas viáveis e em concordância às suas realidades socioprodutivas. Essa perspectiva está em consonância com os princípios de Paulo Freire a respeito da comunicação dentro do contexto da extensão rural, nos quais o conhecimento é construído de forma compartilhada, a partir do diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência local (Freire, 1983).

Assim, o extensionista deve atuar a partir da escuta atenta, da observação sensível e do

reconhecimento das práticas cotidianas dos agricultores, revendo e reconstruindo continuamente suas ações com base nas vivências e no repertório técnico e cultural dos sujeitos com os quais ele interage no ambiente rural. Essa postura não apenas fortalece a eficácia das ações de ATER pública, como também contribui para a valorização da agricultura familiar como um modelo produtivo legítimo, sustentável e socialmente relevante.

Dando continuidade à análise das ações de ATER pública no município de Delfim Moreira-MG, após a discussão sobre a dinâmica relacional entre os extensionistas e os agricultores familiares, torna-se pertinente examinar o perfil produtivo desses sujeitos. A análise dos dados disponibilizados pelo escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), referentes ao período de 2020 a 2024, permite delinear um panorama detalhado do cenário produtivo do setor agropecuário no município. Os registros disponíveis não apenas quantificam os(as) agricultores(as) familiares atendidos pelas ações de ATER pública ao longo do período, como também fornecem informações relevantes para a compreensão da diversidade produtiva presente no território contribuindo para a identificação de padrões e especificidades que caracterizam a base produtiva da agricultura familiar no município.

Nesse sentido, a identificação dos produtos agropecuários mais cultivados e comercializados pelas unidades familiares permite compreender sobre as estratégias produtivas predominantes, os gargalos enfrentados e as potencialidades a serem exploradas.

Esta leitura contextualizada possibilita associar a relação das ações de ATER pública ao desempenho das atividades agrícolas, revelando sua contribuição para a sustentabilidade econômica e social das unidades familiares, bem como para a consolidação da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento rural. Assim, a atuação da ATER pública se destaca como elemento estruturante para a qualificação da produção, o fortalecimento da comercialização e a inserção competitiva dos produtores no mercado regional.

A Tabela 5, construída a partir dos Relatórios Anuais da EMATER-MG para o município de Delfim Moreira-MG, apresenta os cinco principais produtos agropecuários registrados entre os anos de 2020 e 2024, possibilitando uma visão comparativa da constância e evolução dessas cadeias produtivas ao longo do período analisado.

Tabela 5 – Principais produtos agropecuários do município de Delfim Moreia-MG entre os anos de 2020 a 2024.

2020					
Produtos	Volume Produzido	Unidade	Unidades de Agricultura Familiar (nº)	Unidades de Agricultura Não Familiar (nº)	Participação Agricultura Familiar (%)
Leite	12.800.000	litros	250	3	98,8
Eucalipto	118.800	estéreis	25	25	50
Avicultura de Postura Tecnificada	24.541,70	dúzias	1	0	100
Milho para Silagem	17.500	toneladas	200	10	95
Batata	1.875	toneladas	40	5	88
2021					
Leite	12.800.000	litros	250	3	98,8
Eucalipto	118.800	estéreis	25	25	50
Avicultura de Postura Tecnificada	60.708,33	dúzias	1	0	100
Batata	1.875	toneladas	40	5	88
Bovinos de Corte	240,12	toneladas	414	41	91,0
2022					
Leite	12.800.000	litros	250	3	98,8
Eucalipto	79.200	estéreis	25	25	50
Milho para Silagem	17.500	toneladas	200	10	95
Batata	2.250	toneladas	40	5	88
Tangerina	882	toneladas	6	1	85,7
2023					
Leite	14.125.500	litros	550	6	98,9
Eucalipto	97.000	estéreis	25	25	50
Milho para Silagem	21.000	toneladas	200	10	95
Batata	2.250	toneladas	40	5	88
Bovinos de Corte	1.440	toneladas	550	41	93
2024					
Leite	14.125.500	litros	550	6	98,9
Eucalipto	97.000	estéreis	25	25	50
Milho para Silagem	21.000	toneladas	200	10	95
Batata	2.250	toneladas	40	5	88
Bovinos de Corte	1.440	toneladas	550	41	93

Fonte: EMATER-MG (2020 a 2024), adaptado pela autora.

A análise dos dados presentes na Tabela 5 revelam uma expressiva diversidade produtiva na região, acompanhada por uma constância na produção de determinados itens, como o leite, o eucalipto e o milho para silagem, os quais permaneceram entre os principais produtos ao longo de um período de cinco anos, exceto em 2021. Essa recorrência produtiva evidencia a relevância econômica dessas culturas no contexto local, além de indicar a existência

de um padrão produtivo consolidado nas unidades familiares analisadas. Os resultados observados estão em consonância com as considerações de Sandes e Tenório (2020), que ressaltam o papel estratégico da agricultura familiar na produção de alimentos e na sustentação da segurança alimentar regional e nacional.

A diversidade produtiva observada no município de Delfim Moreira-MG reflete não apenas a adequação às especificidades agroecológicas locais, mas também o desenvolvimento de estratégias produtivas adaptativas que sustentam a permanência das famílias no meio rural. Essa realidade evidencia a resiliência das unidades produtivas diante de desafios econômicos, ambientais e sociais, reafirmando a capacidade da agricultura familiar em moldar-se às condições a que está submetida, corroborando com os apontamentos de Freitas e colaboradores (2018) e Schneider (2009), ao indicarem que a diversidade produtiva é um traço central e uma característica intrínseca à agricultura familiar, resultante da sua habilidade em adaptar-se às condições do território, condições socioeconômicas, e às adversidades que permeiam seu cotidiano no meio rural.

Além disso, constata-se que a agricultura familiar assume papel central na produção agropecuária do município, configurando-se como agente econômico protagonista tanto na produção agrícola quanto na produção pecuária. Esse protagonismo é evidenciado por sua expressiva contribuição em determinadas cadeias produtivas, como no cultivo de milho para silagem, em que 95% da produção foi oriunda de unidades familiares. Na pecuária leiteira, a relevância é ainda mais acentuada, com aproximadamente 99% da produção total registrada ao longo do período analisado sendo atribuída à agricultura familiar. A avicultura de postura, por sua vez, apresentou 100% de participação familiar nos dois primeiros anos da série histórica analisada, revelando não apenas a capacidade dessas unidades, mas também sua importância estratégica para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme destacado pelo *International Fund for Agricultural Development* (IFDA, 2014).

A análise da Tabela 5 também permite observar a introdução de novas culturas e atividades em momentos específicos, como a implementação da avicultura de postura tecnificada a partir de 2020 e o cultivo da tangerina em 2023. Essas inserções demonstram a capacidade estratégica dos produtores familiares frente às oscilações do mercado e às condições climáticas locais, reforçando o caráter de diversidade produtiva das unidades familiares, onde tais evidências ressaltam a importância da atuação da ATER pública, que contribui tecnicamente para o planejamento e consolidação dessas atividades, fortalecendo as cadeias produtivas e promovendo a sustentabilidade econômica e ambiental das unidades (Vargas; Aquino; Carvalho, 2022).

Os dados coletados nos relatórios anuais da EMATER-MG e apresentados anteriormente, na Tabela 5, encontram respaldo nas informações coletadas durante a pesquisa de campo, confirmando a presença significativa da diversidade produtiva e da pluriatividade entre os(as) agricultores(as) familiares do município. Essa multiplicidade de atividades configura-se como uma estratégia consciente dos(as) agricultores(as) familiares para otimizar o uso dos recursos disponíveis, diversificar e complementar as fontes de renda atender, e atender às demandas dos mercados local e regional (Schneider, 2009; Silva; Peixinho, 2023; Souza; Andrade, 2024).

Entre os principais produtos agropecuários identificados durante a pesquisa de campo destacam-se: o leite, bovinos de corte, ovos (avicultura de postura), piscicultura, feijão, cítricos, fumo, milho em grãos e milho para silagem. Adicionalmente, verificou-se a presença de atividades não agropecuárias, como o turismo rural, ilustrado pela instalação de um restaurante em uma das unidades familiares. O empreendimento tem como principal intuito atender à demanda do público urbano interessado em experiências gastronômicas da realidade local e de contato íntimo com o meio rural, contrinuindo para a geração de renda da unidade familiar.

Essa prática de pluriatividade reafirma a relevância da agricultura familiar não apenas na produção de alimentos essenciais para a segurança alimentar, mas também como mecanismos de diversificação na obtenção de renda. Tal estratégia é imprescindível para o fortalecimento das cadeias produtivas locais, promove a dinamização da economia rural local e contribui para a valorização do território rural município, além de fortalecer os vínculos entre comunidade e o campo, promovendo a conscientização sobre as práticas sustentáveis e impulsionando o reconhecimento e a valorização dos produtos oriundos dessas unidades familiares (Silva; Peixinho, 2023; Souza; Andrade, 2024).

No que se refere ao destino da produção das unidades familiares entrevistadas, observou-se unanimidade quanto à comercialização dos produtos fora dos limites do município de origem. Nenhum dos(as) agricultores(as) familiares participantes da pesquisa afirmou destinar seus produtos ao mercado local, o que sugere uma reflexão pertinente: quais são os fatores que motivam a venda para outros municípios, em detrimento do escoamento da produção dentro da própria localidade?

Dentre as justificativas apresentadas pelos próprios entrevistados, destacam-se razões relacionadas à especificidade dos produtos e à ausência de mercado consumidor interno. No caso da cultura do fumo, por exemplo, os produtores relataram não haver demanda suficiente em Delfim Moreira-MG, direcionando portanto, sua comercialização para municípios vizinhos como Cristina (MG), Itajubá (MG) e Maria da Fé (MG). Já os produtores de leite atribuíram

essa decisão à insatisfação com a remuneração paga pelos laticínios da região, destacando o descompasso entre os custos de produção e o valor recebido pelo litro do leite, conforme expressado no relato a seguir:

“Infelizmente não conseguimos vender o leite para o município devido ao baixo valor.” (Agricultor Familiar 9).

Conforme apontado por Souza e Andrade (2024), os impactos positivos das ações de ATER não se limitam apenas ao aprimoramento dos aspectos produtivos dentro das unidades familiares, mas também se estendem ao processo de comercialização, por meio da elaboração de estratégias voltadas à agregação de valor aos produtos gerados. Essa perspectiva é especialmente relevante no caso do Agricultor Familiar 9, cuja produção, atualmente direcionada para fora do município, poderia ser potencializada com a adoção de estratégias orientadas por ações extensionistas, visando o fortalecimento do mercado local e a valorização dos produtos no território de origem.

Um exemplo de êxito citado por Souza e Andrade (2024) ilustra essa dinâmica: uma agricultora familiar produtora de jabuticabas conseguiu, com o apoio das ações de ATER, não apenas aprimorar o processo produtivo de sua unidade familiar, mas também implementar práticas inovadoras de comercialização. Entre as estratégias adotadas, destacam-se a transformação dos frutos em subprodutos com maior valor agregado e a abertura da propriedade para visitação durante o período de colheita, promovendo a interação entre a comunidade e a unidade produtiva, ao mesmo tempo em que diversificava suas fontes de renda. Essa experiência demonstra o potencial das ações de ATER em promover transformações significativas não apenas na produção e na comercialização, mas também nas relações sociais e na sustentabilidade das comunidades rurais.

O acesso às ações de ATER pública tem se mostrado determinante para a promoção de transformações significativas na realidade dos(as) agricultores(as) familiares e de suas respectivas unidades produtivas. Tais mudanças se manifestam em diferentes dimensões, desde o fortalecimento dos laços sociais entre a unidade familiar e a comunidade, até o incremento da produção, a agregação de valor aos produtos e a consequente elevação da qualidade de vida das famílias beneficiadas (Souza; Andrade, 2024).

Nesse sentido, Delgrossi e colaboradores (2024) destacaram que os agricultores familiares contemplados com ações de ATER apresentam um aumento médio de 26% em sua renda mensal. Todavia, os impactos são ainda mais expressivos entre aqueles que, além da

assistência técnica, acessam também o fomento produtivo, alcançando um crescimento de aproximadamente 48% na renda. Esses dados corroboram as análises de Castro e Pereira (2017), os quais enfatizam que a concessão do crédito rural, por si só, não é suficiente para promover melhorias significativas na produção, sendo indispensável a oferta de orientações técnicas que subsidiem o uso estratégico dos recursos financeiros.

Diante disso, destaca-se que, entre os(as) agricultores(as) familiares entrevistados neste estudo, três relataram possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instrumento que possibilita o acesso a linhas de crédito rural voltadas ao fortalecimento da produção. Notadamente, esses mesmos agricultores estão entre aqueles que apresentaram as maiores rendas mensais declaradas, conforme ilustrado anteriormente, com médias de R\$5.000,00.

Tal constatação reforça os achados de Delgrossi e colaboradores (2024), ao indicar que a articulação entre as ações de ATER e o acesso ao fomento produtivo resulta em impactos econômicos substanciais na vida dos agricultores familiares, e deve ser considerada como diretriz estratégica na formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Convergindo com o entendimento de Delgrossi e colaboradores (2024), o depoimento de um(a) dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) evidencia, de forma concreta, os benefícios decorrentes da associação entre o apoio técnico e o acesso ao crédito. O(a) entrevistado(a) afirma que, sem a possibilidade de integrar o PRONAF às ações de ATER pública que recebe, não teria conseguido manter a continuidade de sua atividade produtiva. Esse relato será apresentado a seguir, como forma de ilustrar, a partir da vivência empírica, a relevância dessa articulação institucional para a sustentabilidade da agricultura familiar.

“Peguei o dinheiro do PRONAF e comprei 3 vacas de descarte para aproveitar o dinheiro, guardei o dinheiro do leite e vendi as crias e paguei o banco. Percebi que foi melhorando, com o tempo fiz silagem e comprei mais vacas, tudo isso com o apoio da EMATER.” (Agricultor Familiar 1).

Ao consolidar a análise integrada entre os dados secundários e primários, observa-se que há maior convergência do que divergência entre as informações institucionais e as percepções dos(as) agricultores(as) familiares sobre as ações de ATER pública no município de Delfim Moreira-MG. Os dados revelam uma valorização generalizada da assistência técnica como ferramenta de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, bem como o

reconhecimento da atuação comprometida, ainda que limitada, dos profissionais extensionistas. As divergências identificadas, em sua maioria, dizem respeito à insuficiência de recursos e à baixa capilaridade do atendimento, aspectos também apontados nos relatórios institucionais como desafios recorrentes. Dessa forma, a articulação entre as fontes confirma a importância estratégica da ATER pública para o fortalecimento das unidades produtivas familiares, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de investimentos estruturantes que ampliem seu alcance e efetividade. Este conjunto de análises permite encerrar a análise de todos os dados reafirmando o papel central da extensão rural como política pública essencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no território estudado.

A atuação da ATER pública nas unidades produtivas familiares, sobretudo em contextos rurais como o do município de Delfim Moreira-MG, revela-se como elemento estruturante para a permanência e fortalecimento da agricultura familiar. A presença efetiva das ações de ATER pública, aliada à escuta qualificada e ao compromisso dos agentes extensionistas, tem se mostrado indispensável para promover a autonomia dos(as) agricultores(as) nas tomadas de decisão, garantir a continuidade das atividades produtivas e contribuir para a qualidade de vida das famílias rurais (Sandes; Tenório, 2020). Em territórios onde a maior parte da população reside no meio rural, como é o caso deste município, a ATER pública se configura não apenas como política de apoio, mas como pilar do desenvolvimento local sustentável.

Essas ações contribuem diretamente na indução e implantação da diversidade das atividades produtivas, cumprem um papel estratégico na ampliação ao acesso a políticas públicas, na melhoria da organização social das famílias agricultoras e, na ampliação das oportunidades de inserção em mercados competitivos (Souza; Andrade, 2024). Contudo, a limitação de recursos e a cobertura parcial dos atendimentos ainda representam entraves significativos, reforçando a urgência de políticas públicas que priorizem o fortalecimento institucional da extensão rural e a formação continuada dos agricultores, como caminho para consolidar sistemas produtivos sustentáveis, resilientes e inovadores.

É evidente que, em municípios com forte predominância da agricultura familiar, como é o caso de Delfim Moreira-MG, a presença ativa das ações de ATER pública é condição fundamental para garantir o dinamismo da produção agropecuária, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. A reestruturação e ampliação dessas ações devem ser tratadas como prioridade estratégica, de modo a construir um modelo de ATER que possibilite o acesso equitativo às orientações técnicas disponíveis, inovações tecnológicas, mercados mais competitivos e políticas públicas

por parte dos(as) agricultores(as) familiares.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como propósito compreender a percepção dos agricultores familiares sobre a influência que as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem sobre suas unidades produtivas no município de Delfim Moreira-MG, buscando responder à seguinte questão: *como os agricultores familiares enxergam as ações extensionistas em suas unidades produtivas?* A partir dos objetivos específicos delineados e análises realizadas, foi possível evidenciar tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados pela ATER pública em contextos rurais de pequeno porte.

Diante desse contexto conclui-se que o perfil dos(as) agricultores(as) familiares de Delfim Moreira-MG é marcado pelo envelhecimento da população ativa, escolaridade predominantemente de nível médio, estruturas familiares reduzidas e rendimentos monetários modestos, embora haja variações associadas à inserção produtiva.

O estudo revelou que apesar da representatividade dos(as) agricultores(as) familiares no município, as ações de ATER pública executadas nesse ambiente são marcadas por baixa cobertura, baixa regularidade nas visitas, e limitações estruturais, especialmente pela escassez de agentes extensionistas atuando no município.

Nas entrevistas realizadas, embora tenham relatado satisfação quanto à qualidade da relação interpessoal estabelecida com o agente extensionista, os(as) agricultores(as) familiares apontaram que as ações de ATER pública ainda carecem de regularidade e acompanhamento técnico contínuo, o que compromete seu papel educativo e formativo. A atuação limitada dificulta o acesso às políticas públicas, inovações e mercados, reforçando a necessidade de reestruturação institucional e ampliação da equipe técnica.

Ao confrontar os dados institucionais da EMATER-MG com os relatos dos(as) agricultores(as) familiares, a pesquisa identificou convergências significativas — como a baixa cobertura e a atuação limitada das ações de ATER pública — como o reconhecimento, por parte dos(as) agricultores(as) familiares, do valor simbólico, técnico e humano do agente extensionista. Esses achados ressaltam a importância da dimensão dialógica, territorial e relacional da extensão rural pública, que vai além da simples transferência de tecnologias.

A pesquisa revelou urgente necessidade de avanços no fortalecimento institucional, no investimento para a ampliação do quadro técnico de agentes extensionistas, na valorização das metodologias participativas — que são traços fortes da extensão rural no município — e na

construção de estratégias que garantam maior cobertura, regularidade e, efetividade das ações extensionistas.

Conclui-se, que a pesquisa cumpriu seus objetivos ao analisar a percepção dos agricultores familiares sobre a influência das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em suas unidades produtivas no município de Delfim Moreira-MG. Os resultados obtidos evidenciam não apenas os efeitos positivos da ATER, mas também lacunas estruturais e operacionais que limitam o alcance de suas ações, especialmente no que se refere à abrangência do atendimento e à adequação das estratégias às demandas reais das famílias agricultoras.

Adicionalmente, a pesquisa abre espaço para reflexões e futuras investigações acerca da eficácia dos modelos de ATER atualmente praticados, da viabilidade de novas metodologias participativas e da adoção de políticas que considerem a diversidade produtiva e sociocultural presente no meio rural. Dessa forma, além de contribuir para a compreensão do contexto local, este estudo fornece subsídios para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento rural sustentável voltadas à agricultura familiar.

6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das principais limitações enfrentadas nesta pesquisa refere-se à análise dos relatórios institucionais da EMATER local. Os documentos consultados não apresentam, de forma clara e segmentada, quais ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública são efetivamente destinadas aos agricultores familiares do município. Isso se deve ao fato de que os relatórios contemplam uma ampla gama de áreas de atuação da instituição, dificultando a identificação específica das intervenções voltadas para esse público. Tal constatação corrobora os apontamentos de Vargas, Aquino e Carvalho (2022) em seu estudo, que destacam a carência de informações objetivas e sistematizadas nos relatórios dos órgãos de ATER pública, comprometendo a avaliação de seus impactos reais na vida dos agricultores familiares.

Observou-se que as condições estruturais do município impõem desafios significativos ao acesso da equipe de ATER pública às propriedades rurais. A precariedade das estradas em determinadas regiões e a ausência de uma infraestrutura de comunicação eficiente entre os(as) agricultores(as) familiares e a unidade local da EMATER-MG dificultam tanto a execução das ações extensionistas quanto a efetivação de um acompanhamento técnico contínuo. Esse cenário é reforçado pelas análises de Souza e Andrade (2024), que evidenciam como esses entraves logísticos e comunicacionais comprometem o alcance das ações extensionistas, dificultam o acesso às inovações tecnológicas e limitam a disseminação de informações estratégicas para o aprimoramento dos sistemas produtivos.

Ressalta-se que o município conta com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), cuja principal atribuição consiste em definir prioridades relacionadas às ações voltadas ao desenvolvimento rural, bem como acompanhar, avaliar e controlar a execução da política municipal de Desenvolvimento Rural. Em síntese, trata-se de um espaço que orienta as decisões referentes às ações e à destinação de recursos voltados à agricultura familiar (MDA, 2012). Contudo, no decorrer desta pesquisa, não foi possível acessar registros documentais que evidenciassem ou detalhassem a efetiva atuação desse conselho no município.

Outro desafio enfrentado foi relacionado à aplicação da técnica de amostragem *Snowball* (bola de neve), utilizada para a seleção dos participantes das entrevistas. Em alguns casos, os indivíduos indicados se recusaram a participar da pesquisa, o que resultou na redução do número final de entrevistados. Ainda que essa limitação não tenha comprometido o alcance dos objetivos da pesquisa, ela aponta para as dificuldades inerentes à formação de redes de indicação, como destacado por Bockorni e Gomes (2021), que chamam atenção para o fato de

nem todos os participantes estarem dispostos a atuar como intermediários no processo de recrutamento, e na construção das redes de indicação, o que pode impactar no tamanho e na composição da amostra. Essa limitação metodológica também é discutida por Vinuto (2014), que reforça a necessidade de avaliar a adequação quanto à aplicabilidade da técnica *Snowball* aos diferentes contextos sociais e territoriais em que se pretende aplicá-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº8.319, de 20 de outubro de 1910. Crea o ensino Agronomico e aprova o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 9139. nov/1910. Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Lei Nº 6.126, de 6 de novembro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e dá outras providências. **Diário Oficial da União - República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. nov/1974. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6126.htm#:~:text=Lei%206.126&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Art.

BRASIL. Decreto Nº 1.946, de 01 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p.11854, 01 de julho. 1996. Publicação Original. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm. Acesso em: 10/01/2025.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União - República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.141, p.1, 25 julho. 2006. Seção 1.

BRASIL. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, altera a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.7, p.1-2, 12 jan. 2010. Seção 1.

BRASIL. Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar e regulamenta a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.103, p.11, 31 de maio. 2017. Seção 1.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. R. A Amostragem em *SNOWBALL* (Bola de Neve) em uma Pesquisa Qualitativa no Campo da Administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**. v.22, n.1, p. 105-117, 2021.

CAPORAL, F. R. Transição Agroecológica e o Papel da Extensão Rural. **Revista Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria**. v. 27, n. 3, 2020.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Capítulo 1 – Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. p. 151-172, Brasília, 2009.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de ATER. **Texto para Discussão 2343**. Rio de Janeiro: IPEA. 48f. 2017.

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2024/Ano 3**. Brasília: CONTAG, 208f. 2024.

DELGROSSI, M. E.; *et al.*; O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 62, n.2, e271282, p. 1-23, 2024.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. **Relatório de Administração 2023**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 82f. 2023.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. **Relatório de Administração 2024**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 94f. 2024.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. **Relatório Anual de Ações 2024**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 82f. 2024.

FREITAS, B. A.; *et al.*; Pluriatividade na agricultura familiar em Campos dos Goytacazes – RJ. VI Semana de Geografia – **Dinâmicas Geográficas do Norte e Noroeste Fluminense: uma busca pela Interdisciplinaridade**. Universidade Federal Fluminense. p. 1-7, 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8º edição. v. 24, 93f,

1983.

FORTINI, R. M. Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Minas Gerais: a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. **Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável**. UFV: IPPDS, 128f. 2021.

FRANCO, G. N. O.; DUSEK, P. M.; AVELAR, K. V. S. Uso da tecnologia para a melhoria da informação e orientação do produtor da agricultura familiar. **Revista Valore**. v.8, e8045, 14f. 2023.

GIL, A. C. Cap. 3 Pesquisa Social. In: _____ **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas. 6 ed. p. 26 – 32, 2008.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; BUAINAIN, A. M. Capítulo 13 - Evolução da Agricultura Familiar no Brasil (1996-2017). In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G. **Uma Jornada pelos Contrastes do Brasil: cem anos do censo agropecuário**. Brasília: IPEA. p. 191-203. 2020.

HENNERICH, J. E.; FARIÑA, L. O.; PLEIN, C. Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar. **Revista NERA**. v.25, n. 62, p. 135-157, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar**. Brasília: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Brasília: IBGE, 109f. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 4714: População residente, Área territorial e Densidade demográfica. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714> . Acessado em: 25/05/2025.

IFAD - International Fund for Agricultural Development. **The International Year of Family Farming**, 2014. Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/38714170/40321474/IYFF.pdf/9d048637-367f-4015-a71d-5cd791d3b81c>. Acesso em: 20/06/2024.

LOPES, I. D. Agricultura Familiar: uma discussão conceitual. **Anais do XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**, 11f. 2020.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 22f. 2004.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Desenvolvimento Agrário - Orientações para o acompanhamento dos Programas de Desenvolvimento Agrário**. Brasília: MDA, 67f. 2012.

MINAS GERAIS. Lei Nº6704, de 28 de novembro de 1975. Autoriza o poder executivo a instituir empresa pública, sob denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG, e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo Horizonte, MG, p.5, col.2, microfilme 220, 1975.

MONTEIRO, E. P.; *et al.* Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação no Campo**. v.9, e15729, 28f. 2024.

NUNES, E. M; SILVA, V. M.; SÁ, V.C. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**. v.25, n.2, p. 857-881. 2020.

PAIVA, M. S. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e os desafios para a sua efetivação no escritório local da Emater em Muriaé-MG**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 89 f, 2012.

PEIXOTO, M. Capítulo 4 - Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, p. 892. 2014.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. **Textos para Discussão 48**. Brasília: Senado Federal. 50f. 2008.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Assistência Técnica na Agricultura Brasileira: uma análise sobre a origem da orientação por meio do Censo Agropecuário de 2017. **Texto para Discussão 2704**. Rio de Janeiro: IPEA. 53f. 2021.

ROCHA JÚNIOR, A. B.; *et al.*; Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.58, n.2, e194371, p. 1-16, 2020.

SANDES, L. C. M.; TENÓRIO, P. P. A PNATER: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Pedro Afonso, Bahia. **Revista INTERAÇÕES**. v. 21, n. 4, 2020.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2º ed. 252f. 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, N. M.; PEIXINHO, D. M. A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar. **Revista Ateliê Geográfico – UFG**. v. 17, n.1, p. 213-228, 2023.

SOUZA, C. K. B.; ANDRADE, T. C. C. A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e seu papel transformador no aprimoramento da qualidade de vida das comunidades atendidas. **Revista Extensão**. v. 8, n. 1, p. 127-135, 2024.

SOUZA, D. N.; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. A política brasileira de extensão rural na opinião de mediadores e suas contribuições para a inclusão produtiva de agricultores familiares. **Estudios Rurales**. v. 12, n. 26, 2022.

VARGAS, D. L.; AQUINO, J. R.; CARVALHO, C. X. Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios. **Revista Emancipação**. v. 22, p. 1-19, e2220507, 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**. v. 22, n. 44, p. 203 – 220. 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS

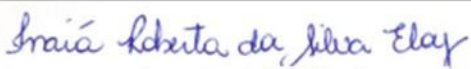
TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Nós, abaixo assinados, pesquisadores envolvidos no projeto “ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PANORAMA DAS AÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM DELFIM MOREIRA (MG)”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos do escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – MG de Delfim Moreira, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informo que os dados a serem coletados dizem respeito aos Relatórios de Ações Anuais ocorridos entre os anos de: 2020 a 2024.

Delfim Moreira, 05 de abril de 2024.

Envolvidos na manipulação e coleta dos dados:

Nome completo	CPF	Assinatura
Inaiá Roberta da Silva Eloy	377.806.008-23	 Documento assinado digitalmente
Denise Ransolin Soranso	031.252.081-65	 DENISE RANSOLIN SORANSO Data: 10/04/2024 15:07:46-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br

ANEXO 2 – PARECER CONSUBSTANCIADO Nº 6.844.358 CEP/UNIFEI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ITAJUBÁ (UNIFEI)



Continuação do Parecer: 6.844.358

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2321990.pdf	15/04/2024 15:52:30		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	15/04/2024 15:52:04	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
Outros	TCUD.pdf	10/04/2024 18:11:46	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/04/2024 18:11:00	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	10/04/2024 18:08:36	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	10/04/2024 18:08:22	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	10/04/2024 18:07:58	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	10/04/2024 18:06:56	INAIA ROBERTA DA SILVA ELOY	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBA, 23 de Maio de 2024

Assinado por:

Geraldo Fabiano de Souza Moraes
(Coordenador(a))

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa “ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: PANORAMA DAS AÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM DELFIM MOREIRA (MG)”. Leia com calma, atenção e tempo o presente termo. Tal estudo é importante, pois acreditamos que o estudo seja importante porque avaliando a realidade do cenário de ações de ATER prestadas ao município podemos identificar os benefícios trazidos por essas ações, assim como os desafios presentes para que elas sejam realizadas. A presente pesquisa tem por objetivo o de analisar o panorama de ações de ATER no município de Delfim Moreira (MG).

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A pesquisa contará com no máximo 100 agricultores familiares do município de Delfim Moreira, localizado no sul de Minas Gerais, com idade mínima de 18 anos.

A sua participação no estudo referido será da seguinte forma: na própria propriedade você será convidado a ler o presente termo e, se concordar com os termos, assinar o mesmo para que possamos dar continuidade à entrevista. Em seguida iniciaremos a entrevista, em que você responderá as perguntas feitas pelos pesquisadores, não sendo necessário que você acesse ou escreva nenhuma informação. O tempo necessário para a realização da entrevista será conforme a sua disponibilidade.

RISCOS

Os procedimentos adotados nesta pesquisa não trazem complicações legais a você, tendo apenas a possibilidade de gerar ansiedade ou desconforto ao responder alguma

pergunta da entrevista. Assim, para evitar e/ou reduzir os efeitos e as condições adversas, que possam causar algum dano a você, medidas de providências e cautelas serão empregadas pelos pesquisadores, tais como: os pesquisadores se colocarão à disposição para os devidos entendimentos e intervenções para amenizar tais sensações. Ainda com o intuito de reduzir, caso o você tenha algum tipo de desconforto ou risco, poderá parar de responder as perguntas da entrevista a qualquer momento, e se retirar da pesquisa sem qualquer prejuízo.

BENEFÍCIOS

Ao participar da pesquisa não é possível prever nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a atuação das ações de ATER no município, além de compreender os benefícios e desafios das execuções destas ações. Assim como, o conhecimento construído a partir desta pesquisa possibilitará novos estudos sobre a temática de Assistência Técnica e Extensão Rural. Os pesquisadores se comprometem a divulgar os resultados obtidos desta pesquisa e realizar atividades práticas de devolutivas.

SIGILO E PRIVACIDADE

Como participante de pesquisa, sua privacidade será respeitada, seu nome e qualquer outro dado que possa te identificar serão mantidos em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados de pesquisa, preservando assim o anonimato destes dados, durante todas as fases da pesquisa. Os dados obtidos não serão utilizados para outros fins que não seja o explícito neste termo.

AUTONOMIA

Será garantida assistência a você de forma imediata, integral e gratuita, durante, após e/ou na interrupção da pesquisa. Assim como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos sobre o estudo e suas consequências, ou seja, tudo o que queira saber

antes, durante e depois de sua participação. Você terá o acesso aos resultados da pesquisa a qualquer momento e sempre que solicitar, exceto se houver justificativa metodológica para tal (caso a informação venha a interferir nos métodos ou no desfecho da pesquisa), apreciada e aprovada pelo Sistema CEP/CONEP. Você tem plena liberdade de se recusar a ingressar no estudo ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem precisar se justificar e sem penalização alguma por parte dos pesquisadores ou da instituição.

Além disto, você tem o direito de se retirar do estudo a qualquer momento e não querer disponibilizar mais qualquer tipo de informação ao pesquisador responsável e à sua equipe.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Você, como participante da pesquisa, não terá nenhum gasto com sua inclusão na mesma. Os dados da pesquisa serão coletados de forma presencial e todo material utilizado, e todas as despesas e custos, será de inteira responsabilidade dos pesquisadores, o que não traz custos diretos a você participante. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você tem o direito de buscar a indenização conforme determina a lei.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Inaiá Roberta da Silva Eloy, Médica Veterinária (CRMV-MG 24104) e pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), portadora do RG 46607768-3 e do CPF 377.806.008-23, e Denise Ransolin Soranso, professora doutora da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), portadora do RG 17148332 e CPF 031.252.081-65. Com eles você poderá manter contato pelos telefones (35) 9 9151-6682 - Inaiá, e (31) 9 8834-5874 - Denise e pelos e-mails d2023100726@unifei.edu.br e denise_soranso@unifei.edu.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados.

O grupo tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFEI, coordenado pelo Prof. Dr. Rossano Gimenes e situado na Av. BPS, número 1303, Bairro Pinheirinho, pelo telefone (35) 3629-1330, (35) 99758-0874, ou pelo e-mail cep@unifei.edu.br.

CONSENTIMENTO

Declaro que entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo. E poderei solicitar o acesso ao registro do consentimento sempre que necessário.

Por fim, fui orientado a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Li e concordo em participar da pesquisa.

Delfim Moreira-MG, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – AGRICULTURA FAMILIAR

1) Leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e após seu aceite responda às perguntas durante a entrevista, caso contrário encerre sua participação na pesquisa, sem prejuízos para ambas as partes.

() Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceito participar da pesquisa.

() Declaro que li todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e não aceito participar da pesquisa.

Perfil Socioeconômico

2- Gênero: () Masculino () Feminino () Outro: _____

3- Idade: _____

4- Escolaridade: _____

5- Renda Familiar: _____

6- Origem da Renda Familiar: _____

Perfil Produtivo

7- O que a propriedade produz?

() Leite () Corte () Batata () Ameixa () Milho () Milho Silagem () Pinhão ()

Hortaliças () Tomate () Pêssego () Marmelo () Eucalipto () Outros: _____

8- Onde vende os produtos?

() Supermercado Local () Supermercado municípios vizinhos () Venda direta () Feiras

Livres () Outros : _____

Perfil Tecnológico/ATER

9- Se enquadra em algum programa do governo: () Sim () Não

Qual: _____

10- Como conseguiu o benefício do governo: _____

11- Recebe visita do agente extensionista: () Sim () Não

Se sim, qual a frequência das visitas? _____

12- Acredita que se recebesse mais visitas seria melhor para a propriedade?

13- Percebeu diferença na propriedade depois de ser assistido pela EMATER?

14 - O agente extensionista entende quando você fala sobre suas dificuldades? () Sim ()

Não

Se sim, como: _____

15- Você participa das decisões sobre sua propriedade junto com o agente extensionista? ()

Sim () Não

Se sim, relate essa relação: _____
